

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	16
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	41
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	111

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	114
-------------------------------	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>558.699</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	120
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>120</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	26/04/2011	Dividendo	31/05/2011	Ordinária		0,25444

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.832.629	1.801.758
1.01	Ativo Circulante	296.411	388.246
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	227.379	370.287
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.840	12.288
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.840	12.288
1.01.07	Despesas Antecipadas	37	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	56.155	5.671
1.01.08.03	Outros	56.155	5.671
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	55.278	4.787
1.01.08.03.03	Outros créditos	877	884
1.02	Ativo Não Circulante	1.536.218	1.413.512
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.750	8.431
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	33	33
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	33	33
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.717	8.398
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	8.717	8.398
1.02.02	Investimentos	1.523.420	1.402.336
1.02.02.01	Participações Societárias	1.523.420	1.402.336
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.276.976	1.155.488
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	246.444	246.848
1.02.03	Imobilizado	3.940	2.657
1.02.04	Intangível	108	88

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.832.629	1.801.758
2.01	Passivo Circulante	14.302	17.778
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.892	4.849
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.892	4.849
2.01.02	Fornecedores	983	1.229
2.01.03	Obrigações Fiscais	217	25
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	217	25
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	217	25
2.01.05	Outras Obrigações	8.720	11.675
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	3	0
2.01.05.02	Outros	8.717	11.675
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	3.310
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	8.717	8.365
2.01.06	Provisões	490	0
2.01.06.02	Outras Provisões	490	0
2.01.06.02.04	Provisão para Imposto de renda e contribuição social	490	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.915	2.777
2.02.02	Outras Obrigações	188	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	188	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	188	0
2.02.03	Tributos Diferidos	2.727	2.777
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.727	2.777
2.03	Patrimônio Líquido	1.815.412	1.781.203
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	30.020	31.149
2.03.04	Reservas de Lucros	287.347	429.505
2.03.04.01	Reserva Legal	71.600	71.600
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.747	357.905
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	177.496	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	81.324	163.610	56.034	423.264
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.827	-18.445	-8.182	-18.833
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	96	239.425
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-41	-17	-202	-330
3.04.05.01	Amortização do ágio sobre investimento	0	0	-202	-330
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	91.192	182.072	64.322	203.002
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81.324	163.610	56.034	423.264
3.06	Resultado Financeiro	7.358	17.406	16.615	16.190
3.06.01	Receitas Financeiras	8.563	18.625	17.140	17.625
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.205	-1.219	-525	-1.435
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.682	181.016	72.649	439.454
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.768	-3.520	-2.281	-5.135
3.08.01	Corrente	-2.793	-3.570	-2.306	-2.308
3.08.02	Diferido	25	50	25	-2.827
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	85.914	177.496	70.368	434.319
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	85.914	177.496	70.368	434.319
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15359	0,31731	0,13326	0,82256

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.421	1.897
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28	-2.287
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	181.016	439.454
6.01.01.02	Depreciação e amortização	452	167
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	147	330
6.01.01.04	Reserva de capital - Prêmio de opções	485	0
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-182.072	-203.002
6.01.01.06	Investimentos em controladas	0	-239.236
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.449	4.184
6.01.02.01	Empresas relacionadas	191	-2
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-552	3.802
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-37	55
6.01.02.04	Outros créditos	7	-219
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-319	1.206
6.01.02.06	Obrigações sociais	-957	-901
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	192	-101
6.01.02.08	Fornecedores	-246	-251
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.080	-1.799
6.01.02.10	Outras contas a pagar	352	2.394
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.595	97.144
6.02.01	Dividendos recebidos	10.100	101.488
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-1.498	-44
6.02.03	Investimentos em controladas	-7	-4.300
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-147.082	693.373
6.03.01	Aumento de capital	0	874.000
6.03.02	Custos com emissão oferta pública	0	-30.528
6.03.03	Pagamentos de dividendos e JSCP	-145.468	-150.099
6.03.04	Pagamento de ações em tesouraria	-1.614	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-142.908	792.414
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	370.287	17.522
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	227.379	809.936

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.129	-142.158	0	0	-143.287
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	485	0	0	0	485
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.614	0	0	0	-1.614
5.04.06	Dividendos	0	0	-142.158	0	0	-142.158
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	177.496	0	177.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	177.496	0	177.496
5.07	Saldos Finais	1.320.549	30.020	287.347	177.496	0	1.815.412

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	466.699	0	194.302	-42.357	0	618.644
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	466.699	0	194.302	-42.357	0	618.644
5.04	Transações de Capital com os Sócios	843.472	0	0	0	0	843.472
5.04.01	Aumentos de Capital	874.000	0	0	0	0	874.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-30.528	0	0	0	0	-30.528
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	434.319	0	434.319
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	434.319	0	434.319
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-150.099	0	0	-150.099
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-150.099	0	0	-150.099
5.07	Saldos Finais	1.310.171	0	44.203	391.962	0	1.746.336

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	0	239.425
7.01.02	Outras Receitas	0	239.425
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.571	-7.886
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.571	-7.556
7.02.04	Outros	0	-330
7.03	Valor Adicionado Bruto	-7.571	231.539
7.04	Retenções	-452	-167
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-452	-167
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-8.023	231.372
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	200.697	220.627
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	182.072	203.002
7.06.02	Receitas Financeiras	18.625	17.625
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	192.674	451.999
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	192.674	451.999
7.08.01	Pessoal	10.439	11.112
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.694	10.320
7.08.01.02	Benefícios	504	589
7.08.01.03	F.G.T.S.	241	203
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.520	5.133
7.08.02.01	Federais	3.520	5.133
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.219	1.435
7.08.03.03	Outras	1.219	1.435
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	177.496	434.319
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	177.496	434.319

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	4.044.739	4.165.776
1.01	Ativo Circulante	905.206	1.068.482
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	668.953	872.654
1.01.02	Aplicações Financeiras	30.661	29.800
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	30.661	29.800
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	30.661	29.800
1.01.03	Contas a Receber	148.161	127.722
1.01.03.01	Clientes	148.161	127.722
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.416	21.851
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.416	21.851
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.606	6.995
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.409	9.460
1.01.08.03	Outros	20.409	9.460
1.01.08.03.04	Outros créditos	20.409	9.460
1.02	Ativo Não Circulante	3.139.533	3.097.294
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	105.687	95.855
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.356	0
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	8.356	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	70.314	72.937
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.314	72.937
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	435	1.378
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	260
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	260
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	26.582	21.280
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	20.218	14.528
1.02.01.09.04	Ativos indenizatórios	3.181	2.870
1.02.01.09.05	Outros créditos	3.183	3.882
1.02.02	Investimentos	43.456	43.599
1.02.02.01	Participações Societárias	9	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	9	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	43.447	43.599
1.02.03	Imobilizado	230.705	218.694
1.02.04	Intangível	2.759.685	2.739.146

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	4.044.739	4.165.776
2.01	Passivo Circulante	670.445	1.112.971
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.755	28.663
2.01.01.01	Obrigações Sociais	31.755	28.663
2.01.02	Fornecedores	104.043	97.202
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	104.043	97.202
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.240	22.038
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.240	22.038
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.616	21.757
2.01.03.01.03	Programa de Parcelamento Especial - PAES	624	281
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	381.282	768.580
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59.426	450.241
2.01.04.02	Debêntures	319.494	316.995
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.362	1.344
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	2.362	1.344
2.01.05	Outras Obrigações	60.339	146.742
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.911	400
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.911	400
2.01.05.02	Outros	55.428	146.342
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	3.310
2.01.05.02.04	Contas a pagar - aquisição de empresas	0	88.025
2.01.05.02.05	Credor pela concessão	14.513	15.205
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	40.889	39.802
2.01.06	Provisões	70.786	49.746
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.777	15.266
2.01.06.01.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	24.777	15.266
2.01.06.02	Outras Provisões	46.009	34.480
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	32.597	24.337
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	13.412	10.143
2.02	Passivo Não Circulante	1.552.860	1.264.938
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.284.714	1.002.740
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	160.066	123.505
2.02.01.02	Debêntures	1.123.335	877.686
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.313	1.549
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil	1.313	1.549
2.02.02	Outras Obrigações	65.263	69.487
2.02.02.02	Outros	65.263	69.487
2.02.02.02.04	Programa de Parcelamento Especial - PAES	2.247	3.286
2.02.02.02.05	Adiantamento de clientes	5.051	6.769
2.02.02.02.06	Credor pela concessão	57.965	59.432
2.02.03	Tributos Diferidos	20.181	17.629
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.181	17.629
2.02.04	Provisões	182.702	175.082
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.417	47.679
2.02.04.01.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	50.417	47.679
2.02.04.02	Outras Provisões	132.285	127.403

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	127.784	120.517
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	4.501	6.886
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.821.434	1.787.867
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	30.020	31.149
2.03.04	Reservas de Lucros	287.347	429.505
2.03.04.01	Reserva Legal	71.600	71.600
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.747	357.905
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	177.496	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.022	6.664

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	441.280	863.678	336.664	705.100
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-211.595	-410.953	-144.270	-314.122
3.03	Resultado Bruto	229.685	452.725	192.394	390.978
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-51.312	-80.682	-28.704	244.957
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.372	-80.513	-29.531	-60.368
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	60	0	1.033	305.738
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-169	-206	-413
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	178.373	372.043	163.690	635.935
3.06	Resultado Financeiro	-43.059	-91.024	-52.221	-117.794
3.06.01	Receitas Financeiras	24.682	60.616	24.424	34.110
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.741	-151.640	-76.645	-151.904
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	135.314	281.019	111.469	518.141
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-48.171	-101.165	-39.956	-81.958
3.08.01	Corrente	-48.286	-96.852	-35.420	-73.450
3.08.02	Diferido	115	-4.313	-4.536	-8.508
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	87.143	179.854	71.513	436.183
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	87.143	179.854	71.513	436.183
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	85.914	177.496	70.368	434.319
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.229	2.358	1.145	1.864
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15359	0,31731	0,13326	0,82252

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	305.041	312.562
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	553.525	510.382
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contr social	281.019	518.141
6.01.01.02	Depreciação e amortização	82.933	66.549
6.01.01.03	Reserva de capital - Prêmios de opções	485	0
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.389	3.566
6.01.01.05	Encargos financ e variação monet emprést, financ e debêntures	129.209	110.395
6.01.01.06	Variação monetária com o Poder Concedente	5.625	20.709
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	11.362	2.498
6.01.01.08	Realização do ajuste a valor presente da provisão para obras	8.152	8.872
6.01.01.09	Constituição de provisão para construção de obras e atualização monetária	32.704	20.201
6.01.01.10	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-215	-1.491
6.01.01.11	Ágio mais valia	0	-239.236
6.01.01.12	Impostos diferidos	862	178
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-248.484	-197.820
6.01.02.01	Clientes	-20.439	-7.979
6.01.02.02	Empresas relacionadas	260	0
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-6.565	-368
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-668	2.465
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-5.690	-30
6.01.02.06	Ativo indenizatório	-311	0
6.01.02.07	Outros créditos	-10.250	-166
6.01.02.08	Fornecedores	6.841	-5.619
6.01.02.09	Obrigações sociais	3.092	8
6.01.02.10	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-141	-2.781
6.01.02.11	Empresas relacionadas	4.511	-759
6.01.02.12	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-8.624	-1.653
6.01.02.13	Provisão para manutenção	-24.446	-29.347
6.01.02.15	Outras contas a pagar e adiantamento de clientes	-631	337
6.01.02.17	Juros pagos	-98.082	-79.086
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos	-87.341	-72.842
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-119.731	-163.620
6.02.01	Participação de acionistas não controladores	-3.011	-167
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-116.330	-137.116
6.02.03	Cessão Elog	0	13.663
6.02.04	Adiantamento para futuro investimento	0	-40.000
6.02.05	Aquisição de propriedades para investimentos	-390	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-389.011	503.696
6.03.01	Credor pela concessão	-7.784	-156.117
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-9.002	10.246
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	408.775	392.291
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-545.223	-436.072

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio	-145.442	-150.099
6.03.06	Pagamento de ações em tesouraria	-1.614	0
6.03.07	Pagamento aquisição Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul Terminal de Cargas	-88.025	0
6.03.08	Aumento de capital	0	874.000
6.03.09	Custos com oferta publica de ações	0	-30.528
6.03.10	Programa de Parcelamento Especial - PAES	-696	-25
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-203.701	652.638
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	872.654	389.524
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	668.953	1.042.162

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203	6.664	1.787.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203	6.664	1.787.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.129	-142.158	0	0	-143.287	-3.000	-146.287
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	485	0	0	0	485	0	485
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.614	0	0	0	-1.614	0	-1.614
5.04.06	Dividendos	0	0	-142.158	0	0	-142.158	0	-142.158
5.04.08	Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	0	0	0	0	0	0	-3.000	-3.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	177.496	0	177.496	2.358	179.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	177.496	0	177.496	2.358	179.854
5.07	Saldos Finais	1.320.549	30.020	287.347	177.496	0	1.815.412	6.022	1.821.434

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	466.699	0	194.302	-42.357	0	618.644	3.088	621.732
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	466.699	0	194.302	-42.357	0	618.644	3.088	621.732
5.04	Transações de Capital com os Sócios	843.472	0	0	0	0	843.472	0	843.472
5.04.01	Aumentos de Capital	874.000	0	0	0	0	874.000	0	874.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-30.528	0	0	0	0	-30.528	0	-30.528
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	434.319	0	434.319	1.696	436.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	434.319	0	434.319	1.696	436.015
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-150.099	0	0	-150.099	0	-150.099
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-150.099	0	0	-150.099	0	-150.099
5.07	Saldos Finais	1.310.171	0	44.203	391.962	0	1.746.336	4.784	1.751.120

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	937.501	1.056.055
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	937.501	750.317
7.01.02	Outras Receitas	0	305.738
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-304.343	-240.946
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-266.363	-208.915
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.980	-31.618
7.02.04	Outros	0	-413
7.03	Valor Adicionado Bruto	633.158	815.109
7.04	Retenções	-82.933	-66.549
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.933	-66.549
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	550.225	748.560
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	60.616	34.110
7.06.02	Receitas Financeiras	60.616	34.110
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	610.841	782.670
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	610.841	782.670
7.08.01	Pessoal	104.359	67.408
7.08.01.01	Remuneração Direta	86.490	46.036
7.08.01.02	Benefícios	13.545	19.071
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.324	2.301
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	174.988	127.175
7.08.02.01	Federais	152.538	81.958
7.08.02.03	Municipais	22.450	45.217
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	151.640	151.904
7.08.03.01	Juros	97.869	84.788
7.08.03.03	Outras	53.771	67.116
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	179.854	436.183
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	177.496	434.319
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.358	1.864



## Divulgação de Resultados do 2T11 e 1S11

### Lucro Líquido de R\$ 179,9 milhões no semestre

#### BM&FBOVESPA: ECOR3

##### Relações com Investidores

**Roberto Koiti Nakagome**  
Diretor de Relações com Investidores

**Raquel Turano de Souza**  
Relações com Investidores

**José Camilo Gomes Junior**  
Relações com Investidores

**E-mail**  
invest@ecorodovias.com.br

**Website**  
www.ecorodovias.com.br/ri

**Endereço**  
Rua Gomes de Carvalho, 1.510  
3º andar  
CEP 04547-005  
São Paulo/SP

Tel: 55 11 3787-2667

**Teleconferências 2T11**  
10 de agosto de 2011

Português  
10h00 (horário de Brasília)  
09h00 (horário de Nova York)  
Tel.: (55 11) 2188-0155  
Código: EcoRodovias  
Replay: (55 11) 2188-0155  
Código: EcoRodovias





Inglês  
12h00 (horário de Brasília)  
11h00 (horário de Nova York)  
Tel.: (1 412) 317 6776  
Código: EcoRodovias  
Replay: (1 412) 317 0088  
Código: 450639#



São Paulo, 09 de agosto de 2011 – A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. divulga seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2011 (2T11) e primeiro semestre de 2011 (1S11). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de forma consolidada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2010 (2T10) e ao primeiro semestre de 2010 (1S10), já ajustados de acordo com as Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09, as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.



## Destaques Operacionais e Financeiros

-  O tráfego cresceu 11,9%, em veículos equivalentes pagantes, no 2T11 em relação ao 2T10 e 16,3% no 1S10. Considerando o ajuste da bidirecionalidade nos veículos de passeio na Ecopistas, de 01 de janeiro a 17 de fevereiro de 2010, o crescimento consolidado foi de 11,8% no 1S11.
  
-  A receita líquida no 2T11 e no 1S11, excluindo a receita de construção, atingiu R\$ 386,6 milhões e R\$ 776,9 milhões, respectivamente, com crescimento de 29,9% e 29,1% em relação ao apurado nos mesmos períodos de 2010.
  
-  O EBITDA Consolidado Ajustado, desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS, atingiu R\$ 244,3 milhões no 2T11 (margem de 63,2%) e R\$ 493,4 milhões no 1S11 (margem de 63,5%). Destaque para a margem EBITDA da Elog (logística) que foi de 17,7% no 2T11. O EBITDA Consolidado apurado, considerando o IFRS, foi de R\$ 220,3 milhões no 2T11, e de R\$ 455,1 milhões no 1S11, atingindo, respectivamente, as margens de 49,9% e 52,7%.
  
-  O lucro líquido foi de R\$ 87,1 milhões no 2T11, 23,2% superior ao registrado no 2T10. No 1S11, o lucro líquido atingiu R\$ 179,9 milhões, 34,5% superior ao lucro líquido ajustado (desconsiderando o ganho não recorrente de equivalência proveniente da venda de participação da Elog).

Destaques	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Indicadores Econômicos IFRS (em milhões de R\$)</b>						
Receita Bruta	479,9	359,4	33,5%	937,5	750,3	25,0%
Receita Líquida	441,3	336,7	31,1%	863,7	705,2	22,5%
Lucro Líquido	87,1	71,5	21,8%	179,9	436,2	-58,8%
EBITDA	220,3	196,2	12,3%	455,1	397,2	14,6%
Margem EBITDA	49,9%	58,3%	-8,4 p.p.	52,7%	56,3%	-3,6 p.p.
<b>Indicadores Econômicos Ajustados (em milhões de R\$)</b>						
Receita Líquida Ajustada <sup>1</sup>	386,6	296,0	30,6%	776,9	600,6	29,4%
Lucro Líquido Ajustado <sup>2</sup>	87,1	70,7	23,2%	179,9	133,8	34,5%
EBITDA Ajustado <sup>3</sup>	244,3	206,4	18,4%	493,4	417,5	18,2%
Margem EBITDA Ajustada	63,2%	69,7%	-6,5 p.p.	63,5%	69,5%	-6,0 p.p.
<b>Volume de Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)</b>	<b>49.503</b>	<b>44.230</b>	<b>11,9%</b>	<b>98.838</b>	<b>84.966</b>	<b>16,3%</b>

<sup>1</sup> Exclui Receita de Construção do saldo da Receita Líquida

<sup>2</sup> Exclui o ganho não recorrente de equivalência proveniente da venda de participação da Elog

<sup>3</sup> Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados



## DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

### Concessões Rodoviárias

#### Evolução do Tráfego

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes, nas concessionárias, apresentou um crescimento de 11,9% no 2T11 e 16,3% no 1S11, quando comparado aos mesmos períodos de 2010. Considerando o ajuste da bidirecionalidade nos veículos de passeio na Ecopistas, de 01 de janeiro a 17 de fevereiro de 2010, o crescimento consolidado do 1S11 foi de 11,8%. Os principais motivos para esta variação estão apresentados abaixo.

**Veículos comerciais** – apresentaram crescimento de 13,1% no 2T11 e de 11,7% no 1S11, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior. No Rio Grande do Sul, o crescimento de tráfego comercial da Ecosul está relacionado ao aumento da produção de arroz, trigo e soja e movimentação no Porto de Rio Grande, que no 2T11 atingiu 9.162 mil toneladas, 0,9% superior ao mesmo período de 2010, conforme dados divulgados pelo Porto. No Paraná, o crescimento do tráfego comercial foi reflexo do aumento das exportações de soja no Porto de Paranaguá. Em São Paulo, a movimentação de cargas no Porto de Santos foi afetada pela retração nas exportações (em toneladas), acumulada em em -3,1% no 1S11, quando comparada ao mesmo período de 2010, conforme dados disponíveis no site do Porto de Santos. Na Ecopistas, o forte crescimento de tráfego é reflexo do aquecimento da economia na região do Vale do Paraíba.

**Veículos de passeio** – atingiram crescimento de 10,8% no 2T11 e de 20,8% no 1S11, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior, reflexo da continuidade do forte fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos Estados das regiões Sudeste e Sul. Este desempenho é suportado também pelos dados da indústria automobilística, que no 2T11 registrou 860 mil novos veículos leves licenciados (15,5% superior ao 2T10) e 1.638 mil no 1S11 (9,5% superior ao 1S11).



Volume de Tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Comercial</b>						
Ecovias dos Imigrantes	6.342	6.178	2,7%	12.019	11.620	3,4%
Ecopistas	7.016	5.728	22,5%	13.391	11.219	19,4%
Ecovia Caminho do Mar	2.850	2.372	20,2%	5.127	4.585	11,8%
Ecocataratas	3.726	3.249	14,7%	7.431	6.795	9,4%
Ecosul Rodovias do Sul	4.973	4.498	10,6%	8.714	7.559	15,3%
<b>Total</b>	<b>24.907</b>	<b>22.025</b>	<b>13,1%</b>	<b>46.682</b>	<b>41.778</b>	<b>11,7%</b>
<b>Passeio</b>						
Ecovias dos Imigrantes	7.165	6.306	13,6%	15.909	13.995	13,7%
Ecopistas	12.984	11.882	9,3%	26.404	20.271	30,3%
Ecovia Caminho do Mar	748	669	11,8%	2.032	1.856	9,5%
Ecocataratas	2.428	2.207	10,0%	5.063	4.575	10,7%
Ecosul Rodovias do Sul	1.271	1.141	11,4%	2.748	2.491	10,3%
<b>Total</b>	<b>24.596</b>	<b>22.205</b>	<b>10,8%</b>	<b>52.156</b>	<b>43.188</b>	<b>20,8%</b>
<b>Comercial + Passeio</b>						
Ecovias dos Imigrantes	13.507	12.484	8,2%	27.928	25.615	9,0%
Ecopistas	20.000	17.610	13,6%	39.795	31.490	26,4%
Ecovia Caminho do Mar	3.598	3.041	18,3%	7.159	6.441	11,1%
Ecocataratas	6.154	5.456	12,8%	12.494	11.370	9,9%
Ecosul Rodovias do Sul	6.244	5.639	10,7%	11.462	10.050	14,0%
<b>Consolidado</b>	<b>49.503</b>	<b>44.230</b>	<b>11,9%</b>	<b>98.838</b>	<b>84.966</b>	<b>16,3%</b>
Ecopistas - Passeio ajuste bidirecionalidade	-	-	nm	26.404	23.672	11,5%
<b>CONSOLIDADO (Com ajuste Ecopistas)</b>	<b>49.503</b>	<b>44.230</b>	<b>11,9%</b>	<b>98.838</b>	<b>88.367</b>	<b>11,8%</b>

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.



## Tarifa Média

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou crescimento de 2,0% no 2T11, comparativamente ao mesmo período de 2010. No comparativo dos semestres, houve uma redução de 2,0% devido, principalmente, ao impacto do início da cobrança bidirecional dos veículos de passeio, na Ecopistas. Os reajustes contratuais das tarifas básicas foram: 4,2% na Ecovias dos Imigrantes e 5,2% na Ecopistas, ambos em julho de 2010; média de 4,7% na Ecovia Caminho do Mar e na Ecocataratas, em dezembro de 2010 e 8,2% na Ecosul – Rodovias do Sul em janeiro de 2011.

Tarifa Média (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Ecovias dos Imigrantes	11,64	11,61	0,3%	11,67	11,60	0,6%
Ecopistas	2,30	2,20	4,5%	2,30	2,42	-5,0%
Ecovia Caminho do Mar	11,65	11,16	4,4%	11,82	11,30	4,6%
Ecocataratas	7,71	7,36	4,8%	7,71	7,33	5,2%
Ecosul - Rodovias do Sul	6,06	5,59	8,4%	6,12	5,65	8,3%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>6,67</b>	<b>6,54</b>	<b>2,0%</b>	<b>6,76</b>	<b>6,90</b>	<b>-2,0%</b>

*Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.*

## Logística

O desempenho do setor de logística da EcoRodovias está dividido nos seguintes segmentos:

**Zona Primária:** composto pelas unidades Ecopátio Cubatão e CLIA Santos. No Ecopátio Cubatão, são oferecidos, atualmente, os serviços de REDEX - recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, DEPOT - serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio regulador de caminhões. No CLIA Santos é oferecido o serviço de recinto aduaneiro.

No 2T11, foram movimentados 21.520 contêineres na Zona Primária, 70,2% superior ao mesmo período de 2010. O aumento se deve ao crescimento da movimentação de DEPOT e REDEX no Ecopátio Cubatão e a consolidação da Unidade CLIA Santos. No 1S11 foram movimentados 44.276 contêineres na Zona Primária, 97,7% superior ao mesmo período de 2010.

A movimentação de carga containerizada no Porto de Santos cresceu 15,3% no 2T11 e 15,1% no 1S11, quando comparado aos mesmos períodos do ano anterior (dados do Porto de Santos). Se considerarmos apenas as movimentações de contêineres ocorridas no Ecopátio Cubatão, o crescimento foi de 34,0% no 2T11 e de 62,3% no 1S11.

**Portos Secos de Interior:** composto pelas unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba, que oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado.



No 2T11, foram movimentados US\$ 1.403,7 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Interior da EcoRodovias, correspondente a 6,1% do valor total de importação movimentado nos Estados de São Paulo e Paraná.

**Portos Secos de Fronteira:** composto pelas unidades de Unidades de Foz do Iguaçu, Uruguiana, Jaguarão e Santana do Livramento que oferecem os serviços de recinto aduaneiro nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai.

No 2T11, foram movimentados US\$ 3.761,3 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Fronteira da EcoRodovias, correspondente a 25,8% do valor total do intercâmbio comercial entre Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

**Transporte:** corresponde à prestação de serviços de transporte rodoviário para os clientes, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada.

A receita advinda das operações de transporte representou 15% da receita do segmento de logística no 2T11 e 16% no 1S11.

**Centros de Distribuição:** composto pelos Centros de Distribuição de Alphaville, Cajamar, Curitiba e Ecopátio Imigrantes, que oferecem os serviços de gestão de estoque de clientes.

No 2T11, a taxa de ocupação atingiu 100% do total de 106 mil m<sup>2</sup> disponíveis. Esta taxa é superior ao percentual considerado ideal, de 85%, que permitiria uma melhora da operação e produtividade na movimentação e armazenamento dos produtos.

Desempenho Operacional - Logística	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Zona Primária <sup>1</sup> (contêineres movimentados)	21.520	12.647	70,2%	44.276	22.393	97,7%
Portos Secos de Interior <sup>2</sup> (Valor FOB Movimentado Importações- em milhões de US\$)	1.403,7	-	n.m	2.613,2	-	n.m
Portos Secos de Fronteira <sup>3</sup> (Valor FOB Movimentado Corrente de Comércio - em milhões de US\$)	3.761,3	-	n.m	7.486,2	-	n.m
Transporte (Participação no faturamento)	15%	-	n.m	16%	-	n.m
Centros de Distribuição (Taxa de ocupação)	99%	-	n.m	100%	-	n.m

1- Zona Primária: CLIA Santos e Ecopátio Cubatão (CLIA, REDEX, DEPOT)

2- Portos Secos de Interior: Unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba

3-Portos Secos de Fronteira: Unidades de Foz do Iguaçu, Uruguiana, Jaguarão e Santana do Livramento

4- Centros de Distribuição: Unidades de Curitiba, São Paulo, Barueri e Cajamar. Exclui-se CD Rio de Janeiro (Operação in house)

2T11 e 1S11 : Columbia, EADI Sul e Elog

2T10 e 1S10: Elog

## STP – Sem Parar / Via Fácil

O total de tags instalados pelo sistema Sem Parar/Via Fácil atingiu 2.844 mil, em 30 junho de 2011, aumento de 33,3% em relação à 30 de junho de 2010. Do total de arrecadação de pedágios das concessionárias da EcoRodovias, 41,7% foi realizada através da cobrança eletrônica, no 2T11 e 40,4% no 1S11.



## DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

### Receita Bruta Consolidada

A Receita Bruta Consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R\$ 425,2 milhões no 2T11 e R\$ 850,7 milhões. O aumento em relação ao 2T10 e 1S10 foi de 33,4% e 31,7%, respectivamente.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Concessões Rodoviárias	343,8	301,8	13,9%	694,1	610,2	13,7%
Receita de Construção ICPC-01	54,7	40,7	34,4%	86,8	104,6	-17,0%
Logística	68,2	6,9	nm	130,4	12,7	nm
Receita de Serviços	13,2	10,1	30,7%	26,2	22,9	14,4%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>479,9</b>	<b>359,5</b>	<b>33,5%</b>	<b>937,5</b>	<b>750,4</b>	<b>24,9%</b>
<b>CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção</b>	<b>425,2</b>	<b>318,8</b>	<b>33,4%</b>	<b>850,7</b>	<b>645,8</b>	<b>31,7%</b>

### Receita Bruta por Segmento de Negócio

#### Concessões Rodoviárias

**Receita de Pedágio:** correspondeu a 68,8% e 71,3% da receita bruta consolidada no 2T11 e no 1S11, respectivamente. Considerando o crescimento do volume de tráfego pedagiado e os reajustes contratuais das tarifas de pedágios já comentados anteriormente, a receita bruta com arrecadação de pedágio consolidada atingiu R\$ 330,3 milhões no 2T11, 14,2% superior em relação ao 2T10 e R\$ 668,6 milhões no 1S11, 14,1% superior ao 1S10.

**Receitas Acessórias:** as receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias e serviços prestados pelo centro de serviços compartilhados. No 2T11 e 1S11, as receitas acessórias representaram 2,7% e 3,2% da receita bruta do grupo.

**Receita de Construção:** conforme estabelecida pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária gerou uma receita de R\$ 54,7 milhões no 2T11, 34,4% superior ao 2T10, e receita de R\$ 86,8 milhões no 1S11, 17,0% inferior ao 1S10. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual a zero), sendo o valor correspondente ao mesmo contabilizado na conta de “Custo de Construção de Obras”.



Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
<b>Receita de Pedágio</b>	<b>330,3</b>	<b>289,3</b>	<b>14,2%</b>	<b>668,6</b>	<b>586,2</b>	<b>14,1%</b>
Ecovias dos Imigrantes	157,2	144,9	8,5%	325,8	297,0	9,7%
Ecopistas	46,0	38,8	18,6%	91,6	76,3	20,1%
Ecovia Caminho do Mar	41,9	33,9	23,6%	84,6	72,8	16,2%
Ecocataratas	47,4	40,2	17,9%	96,4	83,3	15,7%
Ecosul - Rodovias do Sul	37,8	31,5	20,0%	70,2	56,8	23,6%
<b>Receita Acessória - Concessionárias</b>	<b>13,4</b>	<b>12,5</b>	<b>7,2%</b>	<b>25,5</b>	<b>24,0</b>	<b>6,3%</b>
<b>Receita de Construção ICPC-01</b>	<b>54,7</b>	<b>40,7</b>	<b>34,4%</b>	<b>86,8</b>	<b>104,6</b>	<b>-17,0%</b>

## Logística

**Receita da Zona Primária:** as receitas provenientes das movimentações de contêineres ocorridas no 2T11 alcançaram R\$ 20,3 milhões. A tarifa média por contêiner movimentado foi de R\$ 941,07 no 2T11, com crescimento de 22,1% quando comparado aos R\$ 770,79 do 1T11, devido ao aumento da participação dos contêineres movimentados no CLIA Santos (de 14,7% para 21,3% do total de contêineres movimentados) e nas operações de REDEX do Ecopátio Cubatão (de 5,6% para 8,5% do total de contêineres movimentados). No 1S11, a tarifa média alcançou R\$ 853,99.

**Receita dos Portos Secos de Interior:** as receitas provenientes da armazenagem e recinto alfandegado de interior alcançaram R\$ 21,2 milhões no 2T11 e R\$ 38,8 milhões no 1S11.

**Receita dos Portos Secos de Fronteira:** as receitas resultantes dos serviços de recinto aduaneiro nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai alcançaram R\$ 9,3 milhões no 2T11 e R\$ 17,6 milhões no 1S11.

**Receita de Transporte:** a receita advinda das operações de transporte rodoviário atingiu R\$ 12,1 milhões no 2T11 e R\$ 24,6 milhões no 1S11.

**Receita dos Centros de Distribuição:** a receita dos serviços de gestão de estoque de clientes e locação de armazéns atingiu R\$ 22,4 milhões no 2T11 e R\$ 44,1 milhões no 1S11.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Logística</b>						
Zona Primária <sup>1</sup>	20,3	6,1	232,8%	37,8	10,6	256,6%
Portos Secos de Interior <sup>2</sup>	21,2	0,0	n.m	38,8	0,0	n.m
Portos Secos de Fronteira <sup>3</sup>	9,3	0,0	n.m	17,6	0,0	n.m
Transporte	12,1	0,0	n.m	24,6	0,0	n.m
Centros de Distribuição	22,4	2,4	n.m	44,1	3,6	n.m
<b>TOTAL Elog</b>	<b>85,3</b>	<b>8,5</b>	<b>n.m</b>	<b>162,9</b>	<b>14,2</b>	<b>n.m</b>
<b>TOTAL (Consolidado EcoRodovias)</b>	<b>68,2</b>	<b>6,8</b>	<b>n.m</b>	<b>130,4</b>	<b>12,6</b>	<b>n.m</b>

1- Zona Primária: CLIA Santos e Ecopátio Cubatão (CLIA, REDEX, DEPOT)

2- Portos Secos de Interior: Unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba

3-Portos Secos de Fronteira: Unidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento

2T11 e 1S11 : Columbia, EADI Sul e Elog

2T10 e 1S10: Elog



## STP – Sem Parar / Via Fácil

**Receita de Serviços:** a receita bruta da STP atingiu R\$ 103,7 milhões no 2T11 (+30,9% em relação ao 2T10) e R\$ 205,8 milhões no 1S11 (+14,6% em relação ao 1S10). A participação acionária da EcoRodovias na STP é de 12,75%, o que corresponde a uma receita bruta de R\$ 13,7 milhões no 2T11 e R\$ 26,2 milhões no 1S11, consolidada nas demonstrações financeiras.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Serviços</b>						
Receita de Serviços (100%)	103,7	79,2	30,9%	205,8	179,6	14,6%
Receita de Serviços (12,75%)	13,2	10,1	30,9%	26,2	22,9	14,6%

## Receita Líquida Consolidada

A Receita Líquida consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R\$ 386,6 milhões no 2T11, crescimento de 30,6% quando comparado aos R\$ 296,0 milhões do 2T10, e R\$ 776,9 milhões no 1S10, 29,4% superior ao mesmo período de 2010. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 38,6 milhões no 2T11 e R\$ 73,8 milhões no 1S11, representando, respectivamente, 8,0% e 7,9% do total da receita bruta dos respectivos períodos.

Receita Líquida (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Concessões Rodoviárias	319,0	280,6	13,7%	644,8	568,0	13,5%
Receita de Construção ICPC-01	54,7	40,7	34,4%	86,8	104,6	-17,0%
Logística	56,5	6,2	n.m	110,2	11,6	n.m
Receita de Serviços	11,1	9,2	20,7%	21,9	21,0	4,3%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>441,3</b>	<b>336,7</b>	<b>31,1%</b>	<b>863,7</b>	<b>705,2</b>	<b>22,5%</b>
<b>CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção</b>	<b>386,6</b>	<b>296,0</b>	<b>30,6%</b>	<b>776,9</b>	<b>600,6</b>	<b>29,4%</b>



## Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidados

Os custos consolidados dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 262,9 milhões no 2T11, 51,4% superior ao apurado no 2T10.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Pessoal	57,4	32,2	78,3%	104,4	67,4	54,9%
Conservação	14,7	15,5	-5,2%	31,0	31,5	-1,6%
Serviços de Terceiros	24,5	17,3	41,6%	63,3	34,6	82,9%
Seguros, Poder Concedente e Aluguéis	28,0	13,5	107,4%	51,0	26,9	89,6%
Depreciação / Amortização	41,8	33,3	25,5%	82,9	66,5	24,7%
Provisão Manutenção ICPC 01	24,0	10,2	135,3%	38,3	20,3	88,7%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	54,7	40,7	34,4%	86,8	104,6	-17,0%
Outros	17,8	11,0	61,8%	33,9	22,7	49,3%
<b>CONSOLIDADO EcoRodovias</b>	<b>262,9</b>	<b>173,7</b>	<b>51,4%</b>	<b>491,6</b>	<b>374,5</b>	<b>31,3%</b>

## Custos Operacionais e Despesas Admin. por Segmento de Negócio





### Concessões Rodoviárias

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
Pessoal	28,4	25,3	12,3%	55,6	50,6	9,9%
Conservação	13,5	14,5	-6,9%	30,0	29,4	2,0%
Serviços de Terceiros	13,9	14,3	-2,8%	26,7	25,2	6,0%
Seguros, Poder Concedente e Aluguéis	16,9	13,2	28,0%	32,3	25,9	24,7%
Depreciação / Amortização	34,5	31,2	10,6%	68,4	61,9	10,5%
Provisão Manutenção ICPC 01	24,0	10,2	135,3%	38,3	20,3	88,7%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	54,7	40,7	34,4%	86,8	104,6	-17,0%
Outros	9,1	8,1	12,3%	19,5	17,1	14,0%
<b>Total EcoRodovias</b>	<b>195,0</b>	<b>157,5</b>	<b>23,8%</b>	<b>357,6</b>	<b>335,0</b>	<b>6,7%</b>

- Os custos com Pessoal atingiram o valor de R\$ 28,4 milhões no 2T11, 12,3% superior ao 2T10. Esta variação deveu-se, principalmente, aos dissídios coletivos de 5,0% a 5,5% ocorridos em março de 2011 e ao aumento do quadro de colaboradores da EcoRodovias Concessões e Serviços.
- Os custos de Conservação totalizaram R\$ 13,5 milhões no 2T11 ante os R\$ 14,5 milhões do 2T10, 6,9% inferior ao registrado no mesmo período de 2010. O principal motivo desta variação foi o menor volume de obras de conservação na Ecovias dos Imigrantes e Ecovia Caminho do Mar.
- Os custos com Seguros e Outorga ao Poder Concedente totalizaram R\$ 16,9 milhões no 2T11, superior em 28,0% ao mesmo período de 2010. Estas variações foram ocasionadas, principalmente, pelas obrigações contratuais de pagamento mensal de outorga variável à




ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo) da Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas.





-  O total das despesas de Depreciação e Amortização, no 2T11, atingiu R\$ 34,5 milhões ante os R\$ 31,2 milhões do 2T10, aumento de 10,6%. Conforme as novas normas contábeis (IFRS), a amortização dos ativos das concessões de rodovias passam a ser calculados conforme a evolução da curva de tráfego das mesmas.
-  A Provisão para Manutenção, decorrente da aplicação do ICPC 01, apresentou um aumento de 135,3% em relação ao 2T10. Esta provisão contábil acompanha os programas de manutenção previstos nas concessionárias dentro dos critérios estabelecidos pelas novas normas contábeis.
-  O Custo de Construção de obras, decorrente da aplicação do ICPC 01, foi de R\$ 54,7 milhões no 2T11, 34,4% inferior ao 2T10. O valor realizado está de acordo com o cronograma de obras previsto nas concessionárias e correspondem aos mesmos valores contabilizados como Receita de Construção.
-  Os custos e despesas classificados como Outros referem-se, principalmente, à combustíveis, energia elétrica, telefonia, viagens, marketing e meios eletrônicos de pagamentos. No 2T11, estes custos atingiram R\$ 9,1 milhões, comparativamente aos R\$ 8,1 milhões do 2T10, superior em 12,3%.

## Logística

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Logística (100%)</b>						
Pessoal	26,4	1,5	n.m	42,9	2,5	n.m
Conservação	0,7	1,0	-30,0%	0,7	1,9	-63,2%
Serviços de Terceiros	10,3	1,5	n.m	38,1	2,9	n.m
Seguros, Poder Concedente e Aluguéis	13,2	0,4	n.m	22,2	0,5	n.m
Depreciação / Amortização	7,7	1,8	n.m	15,2	3,3	n.m
Outros	7,6	0,5	n.m	12,5	1,2	n.m
<b>Total Elog</b>	<b>65,9</b>	<b>6,7</b>	<b>n.m</b>	<b>131,6</b>	<b>12,3</b>	<b>n.m</b>
<b>Consolidado EcoRodovias</b>	<b>52,7</b>	<b>5,4</b>	<b>n.m</b>	<b>105,3</b>	<b>10,4</b>	<b>n.m</b>

-  Os custos com Pessoal atingiram o valor de R\$ 26,4 milhões no 2T11. O aumento em relação ao 2T10 deveu-se à consolidação das operações das empresas Columbia e EADI Sul, que incorporaram cerca de 1.800 funcionários ao setor de Logística.



-  Os custos com Serviços de Terceiros, no 2T11, foram de R\$ 10,3 milhões. Estes custos referem-se, basicamente, à contratação de consultorias, fretes e transportes junto a terceiros nas operações das empresas Columbia e EADI Sul.
  
-  Os Custos com Aluguéis e Seguros, no 2T11, foram de R\$ 13,2 milhões. O aumento, em relação ao R\$ 0,4 milhão no 2T10, deveu-se à consolidação das despesas de seguros e aluguéis das unidades da Columbia e EADI Sul.
  
-  O total das despesas de Depreciação e Amortização, no 2T11, atingiu R\$ 7,7 milhões ante o R\$ 1,8 milhão do 2T10, aumento este proveniente, principalmente, da amortização do ágio da aquisição das empresas Columbia e EADI Sul .
  
-  Os custos e despesas classificados como Outros se referem, às comissões com despachantes aduaneiros, energia elétrica, telefonia e materiais de consumo.

## Holding e STP

<b>Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)</b>	<b>2T11</b>	<b>2T10</b>	<b>Var.</b>	<b>1S11</b>	<b>1S10</b>	<b>Var.</b>
<b>Holding e STP</b>						
Pessoal	7,9	5,7	38,6%	14,4	14,7	-2,0%
Conservação	0,2	0,3	-33,3%	0,4	0,5	-20,0%
Serviços de Terceiros	3,6	2,2	63,6%	7,3	7,3	0,0%
Seguros, Poder Concedente e Aluguéis	0,6	0,4	50,0%	1,2	0,9	33,3%
Depreciação / Amortização	1,2	0,9	33,3%	2,6	1,8	44,4%
Outros	2,5	1,6	56,3%	4,3	4,6	-6,5%
<b>Total EcoRodovias</b>	<b>16,0</b>	<b>11,1</b>	<b>44,1%</b>	<b>30,2</b>	<b>29,8</b>	<b>1,3%</b>



## EBITDA Consolidado e Margem EBITDA

O EBITDA Consolidado Ajustado, desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS, atingiu R\$ 244,3 milhões no 2T11 (margem de 63,2%) e R\$ 493,4 milhões no 1S11 (margem de 63,5%). Destaque para a margem EBITDA da Elog (logística) que foi de 17,7% no 2T11. O EBITDA Consolidado apurado considerando o IFRS, foi de R\$ 220,3 milhões no 2T11, e de R\$ 455,1 milhões no 1S11, atingindo respectivamente as margens de 49,9% e 52,7%.

EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>CONSOLIDADO</b>						
Lucro Líquido	87,1	71,5	21,8%	179,9	436,2	-58,8%
Depreciação e Amortização	41,8	33,3	25,5%	82,9	66,5	24,7%
Resultado Financeiro	43,1	52,2	-17,4%	91,0	117,8	-22,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	48,2	40,0	20,5%	101,2	82,0	23,4%
Resultado de operações não recorrentes	0,1	(0,8)	n.m	0,1	(305,3)	n.m
<b>EBITDA IFRS</b>	<b>220,3</b>	<b>196,2</b>	<b>12,3%</b>	<b>455,1</b>	<b>397,2</b>	<b>14,6%</b>
<b>Margem EBITDA IFRS</b>	<b>49,9%</b>	<b>58,3%</b>	<b>-8,4 p.p.</b>	<b>52,7%</b>	<b>56,3%</b>	<b>-3,6 p.p.</b>

EBITDA Ajustado s/ IFRS (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>EBITDA IFRS</b>	<b>220,3</b>	<b>196,2</b>	<b>12,3%</b>	<b>455,1</b>	<b>397,2</b>	<b>14,6%</b>
Receita de Construção	(54,7)	(40,7)	34,4%	(86,8)	(104,6)	-17,0%
Custo de Construção	54,7	40,7	34,4%	86,8	104,6	-17,0%
Provisão para Manutenção	24,0	10,2	135,3%	38,3	20,3	88,7%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>244,3</b>	<b>206,4</b>	<b>18,4%</b>	<b>493,4</b>	<b>417,5</b>	<b>18,2%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>63,2%</b>	<b>69,7%</b>	<b>-6,5 p.p.</b>	<b>63,5%</b>	<b>69,5%</b>	<b>-6,0 p.p.</b>

## EBITDA por Segmento de Negócio

EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
Receita Líquida	373,7	323,3	15,6%	732,7	673,3	8,8%
EBITDA	213,2	197,0	8,2%	443,5	400,2	10,8%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>57,1%</b>	<b>60,9%</b>	<b>-3,9 p.p.</b>	<b>60,5%</b>	<b>59,4%</b>	<b>1,1 p.p.</b>





EBITDA Ajustado s/ IFRS (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
<b>EBITDA IFRS</b>	<b>213,2</b>	<b>197,0</b>	<b>8,2%</b>	<b>443,5</b>	<b>400,2</b>	<b>10,8%</b>
Receita de Construção	(54,7)	(40,7)	34,4%	(86,8)	(104,6)	-17,0%
Custo de Construção	54,7	40,7	34,4%	86,8	104,6	-17,0%
Provisão para Manutenção	24,0	10,2	135,3%	38,3	20,3	88,7%
EBITDA	237,2	207,2	14,5%	481,8	420,5	14,6%
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>74,4%</b>	<b>73,3%</b>	<b>1,1 p.p.</b>	<b>74,6%</b>	<b>73,9%</b>	<b>0,7 p.p.</b>



EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Logística (100%)</b>						
Receita Líquida	70,7	7,8	n.m	137,8	13,2	n.m
EBITDA	12,5	2,9	n.m	21,4	4,2	n.m
<b>Margem EBITDA</b>	<b>17,7%</b>	<b>37,2%</b>	<b>-19,5 p.p.</b>	<b>15,5%</b>	<b>31,8%</b>	<b>-16,3 p.p.</b>

## Resultado Financeiro Consolidado

O resultado financeiro líquido no 2T11 totalizou uma despesa de R\$ 43,1 milhões (-17,4%) e R\$ 91,0 milhões (-22,8%) no 1S11. As principais variações referentes às despesas financeiras foram:

- 
 As despesas com juros sobre debêntures, no 2T11, aumentaram 44,6%, em relação ao 2T10 devido, principalmente, às emissões de debêntures da Elog, em dezembro de 2010 e Ecopistas em março de 2011.
- 
 As despesas de juros sobre financiamento apresentaram uma redução de 69,8%, devido, principalmente, ao alongamento da dívida da Ecopistas, realizado através do pagamento do financiamento de curto prazo (Notas Promissórias) e emissão de debêntures, em março de 2011.
- 
 A variação monetária de debêntures foi impactada pela variação do IGP-M (+8,5% nos últimos 12 meses) e do IPCA (+6,8% nos últimos 12 meses), assim como as amortizações de parcelas das debêntures da Ecovias dos Imigrantes e EcoRodovias Concessões e Serviços, ocorridas no período, que ocasionaram redução da base de cálculo da variação monetária.
- 
 As despesas com a variação monetária do Direito de Outorga referem-se aos ajustes a valor presente aplicados sobre o saldo devedor dos ônus de concessão da Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e pela correção destes mesmos saldos pelos índices de correção contratuais. A redução apresentada se deve à finalização do pagamento da outorga fixa da Ecopistas em dezembro de 2010.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Juros sobre Debêntures	(39,9)	(27,6)	44,6%	(78,8)	(53,9)	46,2%
Juros sobre Financiamentos	(4,9)	(16,2)	-69,8%	(19,1)	(30,9)	-38,2%
Variação Monetária - Debêntures e Financiamentos	(9,2)	(11,3)	-18,6%	(28,0)	(23,7)	18,1%
Variação Monetária - Direito de Outorga	(2,1)	(9,5)	-77,9%	(5,6)	(20,7)	-72,9%
Receitas de Aplic. Financeiras	21,2	23,0	-7,8%	54,8	31,3	75,1%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(4,1)	(4,8)	-14,6%	(8,2)	(9,3)	-11,8%
Outros Efeitos Financeiros	(4,1)	(5,9)	-30,5%	(6,2)	(10,6)	-41,5%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>(43,1)</b>	<b>(52,2)</b>	<b>-17,4%</b>	<b>(91,0)</b>	<b>(117,8)</b>	<b>-22,8%</b>



## Imposto de Renda e Contribuição Social

O total de imposto de renda e contribuição social registrado no 2T11 foi de R\$ 48,2 milhões e de R\$ 101,2 milhões no 1S11, sendo que a taxa efetiva (IR e CS /Lucro líquido) passou de 35,8% no 2T10 para 35,6% no 2T11.

## Lucro do Período

No 2T11, a EcoRodovias apresentou lucro líquido de R\$ 87,1 milhões 23,2% superior ao lucro líquido ajustado de R\$ 70,7 milhões no 2T10. No 1S11 o apresentou lucro líquido de R\$ 179,9 milhões 34,5% superior ao lucro líquido ajustado de R\$ 133,8 milhões no 1S10, desconsiderando o ganho não recorrente de equivalência proveniente da venda de participação da Elog, no 2T10 e 1S10. Considerando este ganho não recorrente, o lucro líquido foi 21,8% superior no 2T11 e 58,8% inferior no 1S11.

Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
<b>Lucro Líquido</b>	<b>87,1</b>	<b>71,5</b>	<b>21,8%</b>	<b>179,9</b>	<b>436,2</b>	<b>-58,8%</b>
(-) Receitas não recorrentes (Elog)	-	(0,8)	n.m	-	(302,4)	n.m
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>87,1</b>	<b>70,7</b>	<b>23,2%</b>	<b>179,9</b>	<b>133,8</b>	<b>34,5%</b>



## Disponibilidade e Endividamento Consolidado

A EcoRodovias encerrou junho de 2011 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 699,6 milhões. A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 1.665,9 milhões em 30 de junho de 2011 uma redução de 7,2% quando comparado com 31 de março de 2011:

Os principais fatores que contribuíram para a redução do saldo da dívida bruta foram as amortizações parciais das debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços e Ecovias dos Imigrantes. No 2T11, foi liberada a primeira parcela do financiamento da Ecopistas junto ao BNDES no valor de R\$ 50,0 milhões, com taxa de TJLP+2,45 a.a. Esta liberação está destinada aos investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação de capacidade no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

Endividamento (em milhões de R\$)	30/06/2011	31/03/2011	Var.	Taxa	Moeda	Vencimento
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
Debêntures - EcoRodovias Conc. e Serv.	529,0	639,6	-17,3%	IPCA + 8,75% / CDI + 1,5%	R\$	novembro-2015
Debêntures - Ecovias dos Imigrantes	392,6	460,9	-14,8%	IGP-M + 9,5% / 104,0% CDI	R\$	novembro-2014
Debêntures - Ecopistas	386,4	371,5	4,0%	IPCA+8,25%	R\$	janeiro-2023
BNDES- Ecopistas	49,7	0,0	n.m.	TJLP+2,45% a.a	R\$	junho-2021
CCB - Ecovia Caminho do Mar	5,6	12,0	-53,3%	107,70% do CDI	R\$	maio-2012
CCB - Ecovia Caminho do Mar	37,6	36,5	3,0%	110,20% do CDI	R\$	novembro-2011
CCB - Ecocataratas	0,0	4,0	-100,0%	107,50% do CDI	R\$	abril-2011
CCB - Ecosul	37,0	36,2	2,2%	IPCA + 7,20% a.a.	R\$	outubro-2014
<b>Logística</b>						
Debêntures-Elog	134,8	139,1	-3,1%	CDI+2,20% a.a	R\$	dezembro-2017
BNDES - Ecopátio Logística Cubatão	38,4	40,1	-4,2%	TJLP + 2,4% a.a.	R\$	abril-2017
CCI - Ecopátio Imigrantes	33,9	34,7	-2,3%	IPCA + 7,20% a.a.	R\$	fevereiro-2020
Capital de Giro - Ecopátio Logística Cubatão	11,3	11,7	-3,4%	TJLP + 3,90% a.a.	R\$	dezembro-2013
Columbia/EADI Sul	2,7	2,2	22,7%	TJLP+5,71% a.a ~ 22,85% a.a	R\$	novembro-2015
Equipamentos	2,0	2,9	-31,0%	VC+9,25a.a.	USD	março-2014
Equipamentos	1,2	0,7	71,4%	9,00% a.a. + VC	EUR	setembro-2013
Outros	3,6	2,5	44,0%	16-18% a.a.	R\$	junho-2013
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>1.665,9</b>	<b>1.794,6</b>	<b>-7,2%</b>			
Caixa Disponível	699,6	939,5	-25,5%			
<b>DÍVIDA LÍQUIDA</b>	<b>965,9</b>	<b>855,1</b>	<b>13,0%</b>			

Dívida Líquida / EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	30/06/2011	31/03/2011	Var.
EBITDA IFRS	870,0	845,9	2,8%
Dívida Líquida	966,3	855,1	13,0%
<b>Dívida Líquida / EBITDA IFRS</b>	<b>1,1 x</b>	<b>1,0 x</b>	<b>0,1 x</b>

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (em milhões de R\$)	30/06/2011	31/03/2011	Var.
EBITDA Ajustado	936,2	898,3	4,2%
Dívida Líquida	966,3	855,1	13,0%
<b>Dívida Líquida / EBITDA Ajustado</b>	<b>1,0 x</b>	<b>1,0 x</b>	<b>0,0 x</b>



## Capex Consolidado e por segmento de negócio

Os investimentos consolidados realizados pela EcoRodovias, no 2T11, foram de R\$ 97,2 milhões, 25,3% superior ao registrado no 2T10. No setor de concessões rodoviárias, o total de investimentos realizados no 2T11 foi de R\$ 83,7 milhões, superior em 13,6 % em relação ao mesmo período de 2010. Os principais investimentos realizados referem-se a pavimentações, melhorias nas estruturas dos ativos, obras em andamento, sinalizações e dispositivos de segurança nas rodovias administradas.

No setor de logística, o valor de investimento realizado no 2T11 foi de R\$ 10,1 milhões, destinados à aquisição de equipamentos e obras de infraestrutura dos Ecopátios.

Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas novas normas contábeis (IFRS/ICPC) para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção). Nas tabelas abaixo, apresentamos o valor total do Capex realizado e a sua segregação por conta contábil.

CAPEX (em milhões de R\$)	2T11			2T10			Var
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total 2T11 x 2T10
<b>Concessões Rodoviárias</b>							
Ecovias dos Imigrantes	18,0	11,9	29,9	9,9	10,0	19,9	50,3%
Ecopistas	22,3	-	22,3	27,3	-	27,3	-18,3%
Ecovia Caminho do Mar	6,6	-	6,6	8,8	4,7	13,5	-51,1%
Ecocataratas	2,2	6,1	8,3	0,8	6,2	7,0	18,6%
Ecosul - Rodovias do Sul	10,9	1,7	12,6	4,9	-	4,9	157,1%
EcoRodovias Conc. e Serviços	4,0	-	4,0	1,1	-	1,1	263,6%
<b>Total</b>	<b>64,0</b>	<b>19,7</b>	<b>83,7</b>	<b>52,8</b>	<b>20,9</b>	<b>73,7</b>	<b>13,6%</b>
<b>Logística</b>							
Ecopátio Logística Cubatão	2,7	-	2,7	0,3	-	0,3	n.m
Ecopátio Bracor Imigrantes	-	-	-	1,1	-	1,1	-100,0%
Elog	4,0	-	4,0	0,5	-	0,5	n.m
Columbia/EADI Sul	3,4	-	3,4	-	-	-	n.m
<b>Total</b>	<b>10,1</b>	<b>-</b>	<b>10,1</b>	<b>1,9</b>	<b>-</b>	<b>1,9</b>	<b>n.m</b>
<b>Holding e STP</b>							
Holding e STP	3,4	-	3,4	2,0	-	2,0	70,0%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>77,5</b>	<b>19,7</b>	<b>97,2</b>	<b>56,7</b>	<b>20,9</b>	<b>77,6</b>	<b>25,3%</b>



CAPEX (em milhões de R\$)	1S11			1S10			Var Total 1S11 x 1S10
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
<b>Concessões Rodoviárias</b>							
Ecovias dos Imigrantes	29,1	18,0	47,1	15,0	13,9	28,9	63,0%
Ecopistas	32,0	-	32,0	69,7	-	69,7	-54,1%
Ecovia Caminho do Mar	9,2	-	9,2	13,7	4,7	18,4	-50,0%
Ecocataratas	4,1	9,3	13,4	1,8	9,1	10,9	22,9%
Ecosul - Rodovias do Sul	16,1	1,7	17,8	9,0	1,8	10,8	64,8%
EcoRodovias Conc. e Serviços	6,3	-	6,3	1,8	-	1,8	250,0%
<b>Total</b>	<b>96,8</b>	<b>29,0</b>	<b>125,8</b>	<b>111,0</b>	<b>29,5</b>	<b>140,5</b>	<b>-10,5%</b>
<b>Logística</b>							
Ecopátio Logística Cubatão	3,5	-	3,5	3,4	-	3,4	2,9%
Ecopátio Bracor Imigrantes	-	-	-	9,4	-	9,4	-100,0%
Elog	6,6	-	6,6	9,3	-	9,3	-29,0%
Columbia/EADI Sul	4,6	-	4,6	-	-	-	n.m
<b>Total</b>	<b>14,7</b>	<b>-</b>	<b>14,7</b>	<b>22,1</b>	<b>-</b>	<b>22,1</b>	<b>-33,5%</b>
<b>Holding e STP</b>							
Holding e STP	4,8	-	4,8	4,2	-	4,2	14,3%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>116,3</b>	<b>29,0</b>	<b>145,3</b>	<b>137,3</b>	<b>29,5</b>	<b>166,8</b>	<b>-12,9%</b>

## CAPEX Estimado

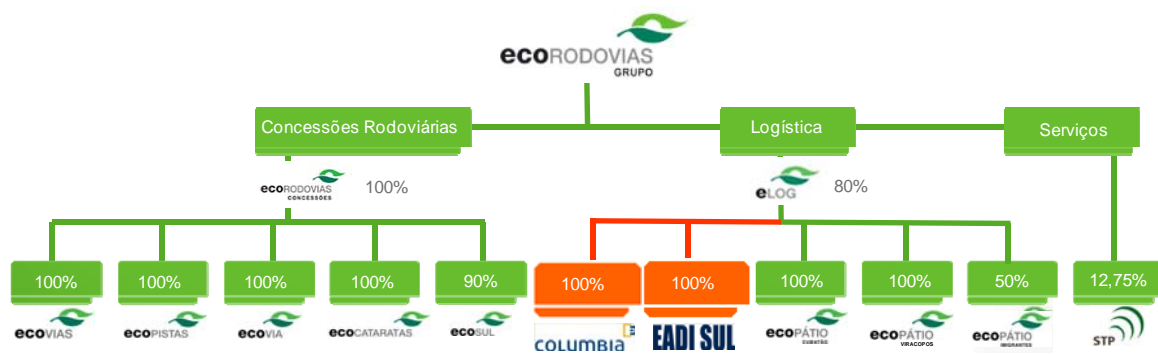
CAPEX Estimado (em milhões de R\$)	2011E			2012E		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
<b>Concessões Rodoviárias (100%)</b>						
Ecovias dos Imigrantes	125,9	44,2	170,1	141,8	52,6	194,4
Ecopistas	158,0	-	158,0	216,3	4,3	220,6
Ecovia Caminho do Mar	28,7	-	28,7	13,8	2,9	16,7
Ecocataratas	12,4	23,7	36,1	12,0	23,9	35,9
Ecosul - Rodovias do Sul	32,2	8,1	40,3	12,7	4,3	17,0
<b>Total</b>	<b>357,2</b>	<b>76,0</b>	<b>433,2</b>	<b>396,6</b>	<b>88,0</b>	<b>484,6</b>
<b>Logística (100%)</b>						
Ecopátio Cubatão	29,2	-	29,2	14,3	-	14,3
Ecopátio Imigrantes	31,7	-	31,7	50,5	-	50,5
Elog	96,3	-	96,3	42,8	-	42,8
Columbia/EADI Sul	25,2	-	25,2	4,1	-	4,1
<b>Total</b>	<b>182,4</b>	<b>-</b>	<b>182,4</b>	<b>111,7</b>	<b>-</b>	<b>111,7</b>



## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

**Ecoviver** – O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental do Grupo EcoRodovias, voltado à educação ambiental de crianças e jovens, já atendeu, desde 2006, 20 cidades, através de mais de 1.140 escolas, 3,8 mil professores e 151 mil alunos.

## ESTRUTURA DE NEGÓCIOS DA ECORODOVIAS



## EMPRESAS DO GRUPO



Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias dos Imigrantes é o corredor de exportação e importação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Pólo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e à Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 53 milhões de veículos equivalentes pagantes no ano.



A Ecopistas é a concessionária que administra e opera o Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de



Campos do Jordão, o Porto de São Sebastião e as praias do Litoral Norte. Com 134,9 km de extensão e movimento anual de mais de 70 milhões de veículos equivalentes pagantes, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba.



A concessionária Ecovia Caminho do Mar é responsável pelo conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o corredor de transporte de bens do Paraná ao Porto de Paranaguá e ao turismo para o litoral do estado, através da BR-277, PR-508 e PR-407, com extensão de 136,8 km.



Adquirida pela EcoRodovias em fevereiro de 2008, a Ecocataratas faz a ligação entre os municípios de Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu (fronteira com Argentina e Paraguai), através de 387,1 quilômetros da BR-277. O trecho registrou, em 2010, mais de 23 milhões de veículos equivalentes pagantes.



Uma das maiores malhas viárias concedidas no Brasil é administrada pela Ecosul – Rodovias do Sul, com 623,8 km no Pólo Rodoviário de Pelotas. Além da importante ligação ao Porto de Rio Grande, a Ecosul – Rodovias do Sul também desempenha importante papel no turismo em direção ao litoral sul brasileiro, através da BR-116.



O Ecopátio Logística Cubatão tem o objetivo de administrar o maior terminal retroportuário intermodal e regulador de fluxo de caminhões e contêineres com destino ao Porto de Santos. Localizado em uma área de 442,7 mil metros quadrados e com sistemas de monitoramento e controle de tráfego e cargas, apoia exportadores e importadores e o porto na administração da logística de seus produtos. O projeto conta com apoio do BNDES no financiamento das obras.



Em parceria com a empresa Prosperitas, o EcoPátio Imigrantes, localizado em São Bernardo do Campo (SP) será destinado à implantação de um condomínio logístico, através da construção e locação de armazéns especializados em logística e operação e manutenção a serem realizados pela Elog – subholding de logística do Grupo, com ênfase na importação, exportação e distribuição de produtos.



A Columbia foi fundada em 28 de Fevereiro de 1942, para atender os setores cafeeiros e algodoeiros e adquirida pelo Grupo EcoRodovias em 2010. Sua trajetória foi marcada pelo pioneirismo e, hoje, atua na logística integrada, com foco no maior pólo consumidor do país. Com área total de 410 mil m<sup>2</sup> distribuídos em 7 unidades em pontos estratégicos da região sudeste, a Columbia utiliza toda a sua experiência e conhecimento mercadológico para desenhar e implantar um projeto logístico feito sob medida para o cliente, dentro das características e flexibilidades necessárias a cada segmento, seja ele industrial ou comercial.

## EADI SUL

Com mais de 10 anos atuando com destaque, a EADI Sul, adquirida pela EcoRodovias em 2010, tem como objetivo estratégico a expansão dos serviços logísticos no sul do Brasil. Com a sua abrangência, realiza a integração das operações com o Mercosul e demais regiões brasileiras. Com uma área total de 550 mil metros quadrados, distribuída estrategicamente em 7 unidades nos estados do sul do país (PR e RS), oferece a integração total das soluções logísticas domésticas ou sob regimes aduaneiros para empresas que atuam no comércio nacional e internacional da região.



A STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. atua, em âmbito nacional, na cobrança eletrônica de pedágios e estacionamentos de shopping centers e aeroportos. Pioneira e líder na implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos (AVI) no Brasil, a STP está presente em 89% da malha rodoviária pedagiada do país, e administra mais de 2,8 milhões de tags.



## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

### *Disclaimer*

*Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.*

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias” ou “Companhia”) é uma Sociedade por ações sede em São Paulo, SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objetivo operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim.

### 2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011 compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.
- b) As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

## Notas Explicativas

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

### 2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3. Moedas funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações trimestrais consolidadas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As informações trimestrais consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

### 2.4. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

#### a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas informações trimestrais individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

## Notas Explicativas

### b) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as informações trimestrais de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações que a Companhia detenha em substância o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Participação dos não controladores”, respectivamente.

### c) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e “joint ventures” são aquelas nas quais o controle é exercido pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado, na proporção dos ativos, passivos e resultados à participação da Companhia. Avaliação de investimento a valor justo por perda de controle

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

Os componentes de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas das “joint ventures” são respectivamente R\$137.084, R\$102.866, R\$34.218 e R\$7.729 foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionista firmado entre a Sociedade e suas parceiras nessas “joint venture”, onde nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

## Notas Explicativas

### 2.5. Combinação de negócios

#### Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultado do período.

### 2.6. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### b) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são mensurados ao valor justo por meio do resultado

Mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

## Notas Explicativas

- Aplicações financeiras mantidas para negociação:

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, de acordo com os prazos e as condições contratuais.

- c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço, para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### 2.7. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## Notas Explicativas

### 2.8. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração do resultado do período a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo das propriedades para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

### 2.9. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando este tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definido compõem o saldo do ativo intangível são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

## Notas Explicativas

### 2.10. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

### 2.11. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

## Notas Explicativas

### 2.12. Passivos financeiros

#### Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

#### Instrumentos financeiros derivativos passivos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos passivos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros, câmbio e “swaps” de indexador. A nota explicativa nº 35 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos passivos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do período. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo passivo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

Para os períodos apresentados nas informações trimestrais não houve designação de instrumento de “hedge”.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 2.13. Empréstimos, financiamentos notas promissórias e debêntures

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide notas explicativas nº 19 e 21).

### 2.14. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento mercantil transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacionais. Vide nota explicativa n.º 20.

## Notas Explicativas

### 2.15. Tributação

#### Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente/demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada empresa do Grupo EcoRodovias, com base nas alíquotas vigentes no fim do período. Devido à aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT, não existem efeitos relativos à aplicação dos CPC registrados em impostos correntes.

#### Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo EcoRodovias espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando estes estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e o Grupo EcoRodovias pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas de serviços estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado, e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

## Notas Explicativas

### 2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 27.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

### 2.17. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

## Notas Explicativas

### 2.18. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados planos de gratificação com base em ações, liquidados com as ações da Companhia e de suas controladas, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O plano de remuneração com base em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 28.h).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica “Reserva” que registrou o benefício aos empregados.

### 2.19. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

### 2.20. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº32.

## Notas Explicativas

### 2.21. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

### 2.22. Informação contábil do valor adicionado (“DVA”)

Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

### 2.23. Normas e interpretações novas e revisadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CFC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2011. A Companhia implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras, exceto pelos pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12, vigentes para períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2013, para os quais espera-se que os investimentos em controladas em conjunto da Companhia passem a ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas, não havendo efeitos no patrimônio líquido e lucro do período.

## Notas Explicativas

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “ <i>Joint Ventures</i> ”, eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes informações contábeis intermediárias.

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo ao invés de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

## Notas Explicativas

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas, de acordo com as IFRSs e os CPC, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 38.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

## Notas Explicativas

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

## Notas Explicativas

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide notas explicativas nº 23 e nº 24.
- b) Credores pela concessão decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 25.

### Comparabilidade das demonstrações financeiras

Para permitir uma melhor comparação entre as demonstrações financeiras, foram feitas reclassificações nos saldos da demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, e demonstração do valor adicionado, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação.

## 4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas subsidiárias majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

**Notas Explicativas**

A seguir estão apresentadas as participações nas subsidiárias consolidadas:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participação direta:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%
Elog S.A.	80%	80%
Ecoporto Holding S.A.	100%	100%
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	12,75%	12,75%
EIL01 Participações Ltda.	100%	100%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%
Participação indireta:		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	90%	90%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Elog S.A.:		
Ecopátio Bracor Imigrantes S.A.	50%	50%
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	100%	100%
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%
Armazéns Gerais Columbia S.A.	100%	100%
EADI Sul Terminal de Cargas Ltda.	100%	100%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	100%	100%
Paquetá Participações Ltda.	100%	100%
Bodner S.A.	100%	100%

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

Controladas diretas

- A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Após a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), passaram a ser prestados serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- Em 19 de fevereiro de 2010 foi aprovada a proposta de investimento realizado na Elog S.A. pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações, mediante a subscrição e integralização pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações de novas ações representativas de 20% do capital social total e votante da Elog S.A., mais uma ação, representando um investimento total de R\$92.000. Dessa forma, a Companhia passou a deter 80% das ações da Elog S.A. O acordo de acionistas foi assinado em 31 de março de 2010.

## Notas Explicativas

- A Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por objetivo operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 242 praças de pedágio no País, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP.
- A Ecoporto Holding S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A EIL-01 Participações Ltda. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

### Controladas indiretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A Armazéns Gerais Columbia S.A. tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

## Notas Explicativas

- A EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, “holding”, acionista ou cotista.
- A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

### Cisão

- Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, controladas direta e indireta, respectivamente, a cisão parcial da EcoRodovias Concessões, com as consequentes incorporações do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas e do acervo líquido cindido, celebradas na mesma data entre a EcoRodovias Concessões, a Ecocataratas e a Companhia, como interveniente anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da EcoRodovias Concessões cindido e vertido para a Ecocataratas foi avaliado em R\$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$23.168, anteriormente detidas pela EcoRodovias Concessões.
- Em decorrência da cisão parcial, o capital social da EcoRodovias Concessões foi reduzido a R\$205.005, mediante o cancelamento de 272.786.976 ações, que foram suportadas pela Companhia. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R\$291.468, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas, com o patrimônio cindido da EcoRodovias Concessões incorporado pela Ecocataratas, e atribuídas exclusivamente à Companhia.
- Em razão da operação anteriormente descrita, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Companhia.

## Notas Explicativas

### Combinação de negócios

Em 7 de maio de 2010, a controlada direta Elog S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Armazéns Gerais Columbia S.A e da EADI Sul Terminal de Cargas Ltda.

A aquisição totalizou R\$274.666. Por ocasião da assinatura do Contrato foi depositado o valor de R\$50.000 (R\$40.000 referentes à participação de 80% da Companhia) e liquidado o valor de R\$205.414 (R\$164.331 referentes à participação de 80% da Companhia) quando da finalização das condições precedentes, entre elas, especialmente, a aprovação por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Do valor da liquidação foi retido dos vendedores o montante de R\$19.252 (R\$15.401 referentes à participação de 80% da Companhia), a título de garantia para possíveis provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

As operações logísticas da Armazéns Gerais Columbia S.A e da EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. são atualmente realizadas em 11 localidades em uma área total de aproximadamente 1,1 milhão de metros quadrados, nos quais estão incluídos 210,6 mil metros quadrados de armazéns, com movimentação de cargas em centros de distribuição e recintos alfandegados.

Nessas unidades, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- Armazenagem alfandegada, tanto no fluxo de importação como de exportação, mediante a operacionalização de diversos regimes aduaneiros.
- Centros de distribuição, desenvolvendo, além da armazenagem, gestão de estoques, montagens de kits, serviços de embalagem, etiquetagem e logística reversa, entre outros.
- Transporte rodoviário de contêineres e carga geral, em regime comum e aduaneiro.

O valor-base da transação está sujeito a ajustes contratuais usuais, e para fins de apuração do acervo líquido adquirido foram considerados os balanços patrimoniais em 28 de dezembro de 2010, cujos ativos e passivos adquiridos estão apresentados a seguir:

	<u>Saldos em</u> <u>28/12/2010</u>
Disponibilidades	5.076
Outros ativos correntes	52.433
Ativo imobilizado	32.724
Total do passivo	(57.775)
Ágio gerado na operação	77.043
Custo total da aquisição	274.666

**Notas Explicativas**

A Companhia efetuou uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais estão descritos a seguir:

	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes de aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>	<u>Participação EcoRodovias 80%</u>
Ativos (passivos) Líquidos adquiridos:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.076	-	5.076	4.061
Contas a receber de clientes	24.509	-	24.509	19.607
Estoques	9	-	9	7
Outros créditos	14.453	-	14.453	11.562
Depósitos judiciais	1.429	-	1.429	1.143
Impostos diferidos	6.718	-	6.718	5.374
Ativos indenizatórios	-	3.587	3.587	2.870
Imobilizado	32.724	-	32.724	26.179
Intangível	5.315	156.495	161.810	129.448
Ágio	-	77.043	77.043	61.634
Fornecedores	(8.923)	-	(8.923)	(7.138)
Empréstimos e financiamentos	(10.247)	-	(10.247)	(8.198)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(8.670)	5.083	(3.587)	(2.870)
Outras contas a pagar	(29.935)	-	(29.935)	(23.948)
Preço de compra considerado	<u>32.458</u>	<u>242.208</u>	<u>274.666</u>	<u>219.731</u>

A Companhia está mensurando os valores justos de imobilizado, intangível e ágio de forma provisória, e após a obtenção de todas as informações necessárias para a adequada apuração dos respectivos valores justos, cujo prazo não excederá 12 meses a partir da data de aquisição, os valores provisórios poderão ser ajustados retrospectivamente.

**Notas Explicativas**Perda de controle em investimentos

Em março de 2010, a Logística Brasil - Fundo de Investimentos em Participações integralizou o capital da Elog S.A., então controlada integral da Companhia, em R\$92.000, representativo de 20% do capital total e votante. Concomitantemente, foi assinado um acordo em que o controle da Elog S.A. passou a ser compartilhado entre os acionistas.

Como resultado da perda de controle, o investimento remanescente de 80% foi remensurado pelo seu valor justo na data da transação, resultando em um ganho de R\$239.236, reconhecido ao resultado do período na rubrica “Outras receitas operacionais líquidas”, tendo como contrapartida os seguintes ativos e passivos identificáveis:

Imobilizado	3.582
Intangível	5.003
Ágio (“goodwill”)	230.847
Empréstimos e financiamentos	<u>(196)</u>
	<u>239.236</u>

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-				
Em moeda nacional	101	56	18.097	19.267
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	202.224	346.565	404.922	597.758
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>25.054</u>	<u>23.666</u>	<u>245.934</u>	<u>255.629</u>
	<u>227.379</u>	<u>370.287</u>	<u>668.953</u>	<u>872.654</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFT, sendo:

- 48,26% de CDB com rentabilidade atrelada ao CDI.
- 39,95% de operações compromissadas com rentabilidade atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- 11,79% de LFT.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

## Notas Explicativas

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários está composta conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	97.593	133.961	195.415	231.057
Operação compromissada	80.788	182.629	161.766	315.000
LFT	<u>23.843</u>	<u>29.975</u>	<u>47.741</u>	<u>51.701</u>
	<u>202.224</u>	<u>346.565</u>	<u>404.922</u>	<u>597.758</u>

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,3% e 101,5% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	<u>30.661</u>	<u>29.800</u>

São aplicações formadas por CDB e remuneradas a taxas que variam entre 100,3% e 101,5% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. Embora possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. vide nota explicativa nº 21).

**Notas Explicativas****7. CLIENTES - CONSOLIDADO**

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, clientes de logística, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

a) A composição está assim representada:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Nacional	158.013	135.474
Internacional (i)	<u>539</u>	<u>1.342</u>
	158.552	136.816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	<u>(10.391)</u>	<u>(9.094)</u>
	<u>148.161</u>	<u>127.722</u>

(i) Refere-se a clientes provenientes das operações de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada direta Armazéns Gerais Columbia S.A.

(ii) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente da operação da controlada direta Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	<u>144.818</u>	<u>125.632</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	1.407	859
De 31 a 90 dias	2.245	1.097
Acima de 91 dias	<u>10.082</u>	<u>9.228</u>
	<u>13.734</u>	<u>11.184</u>
	<u>158.552</u>	<u>136.816</u>

O aging list de clientes está apresentado pelo valor líquido da Provisão para devedores duvidosos.

**8. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos a recuperar	12.810	11.233	26.465	19.646
Outros	<u>30</u>	<u>1.055</u>	<u>1.951</u>	<u>2.205</u>
	<u>12.840</u>	<u>12.288</u>	<u>28.416</u>	<u>21.851</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, saldo este que será utilizado para abater o passivo de IRPJ e CSLL, PIS, Cofins, IRRF e PIS/Cofins/CSLL retidos, a pagar em 2011.

**Notas Explicativas****9. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO**

O saldo de R\$8.606 classificados como circulante e R\$435 como não circulante (R\$6.995 e R\$1.378 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) refere-se a prêmios de seguros a apropriar, alugueis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU.

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS – CONSOLIDADO.**

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do semestre/exercício	14.528	11.350
Saldos recebidos na aquisição de novas empresas (*)	-	1.143
Adições	5.657	3.507
Baixas	(733)	(2.398)
Atualização monetária	<u>766</u>	<u>926</u>
Saldo no fim do semestre/exercício	<u>20.218</u>	<u>14.528</u>

(\*) Saldos recebidos na aquisição das empresas: Armazéns Gerais Columbia S.A. e EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. pela controlada direta Elog S.A.

**11. ATIVOS INDENIZATÓRIOS - CONSOLIDADO**

Em 7 de maio de 2010, a controlada Elog S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Armazéns Gerais Columbia S.A. e da EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. O valor justo dos passivos assumidos especificamente relacionados às contingências foi avaliado em R\$19.188, para os quais há cláusula contratual de reembolso de R\$16.007, totalizando o valor líquido de R\$3.181 (R\$ 2.870 em 31 de dezembro de 2010).

**Notas Explicativas****12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA**

	Valores das investidas		Percentual de		Investimentos		Equivalência patrimonial	
	30/06/2011	Resultado do período	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Patrimônio líquido	308.659	(8.886)	80%	80%	246.927	254.101	(7.109)	62.524
Elog S.A.	736.232	168.852	100%	100%	736.232	627.750	168.852	134.608
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	150.737	53.632	12,75%	12,75%	19.219	12.537	6.838	5.706
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	(4)	(7)	100%	100%	(4)	(4)	(7)	-
Ecoporto Holding S.A.	1	-	100%	100%	1	1	-	-
ELI01 Participações Ltda.	282.112	13.335	100%	100%	282.112	268.777	13.335	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	-	-	-	(7.511)	(7.674)	163	164
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	-	-	-	<u>1.276.976</u>	<u>1.155.488</u>	<u>182.072</u>	<u>203.002</u>

**Notas Explicativas**

Movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2011:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Reclassificação de dividendos</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>30/06/2011</u>
Elog S.A.	254.101	(65)	-	-	(7.109)	246.927
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	627.750	(60.370)	-	-	168.852	736.232
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	268.777	-	-	-	13.335	282.112
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A.	12.537	(1.687)	-	1.531	6.838	19.219
Ecoporto Holding S.A.	(4)	-	7	-	(7)	(4)
EIL01 Participações Ltda.	1	-	-	-	-	1
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.674)	-	-	-	163	(7.511)
	<u>1.155.488</u>	<u>(62.122)</u>	<u>7</u>	<u>1.531</u>	<u>182.072</u>	<u>1.276.976</u>

**Notas Explicativas**

Os saldos dos ágios na controladora (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	<u>31.12.10</u>	<u>Amortização</u>	<u>30.06.11</u>
Ágio Ecosul	7.833	(257)	7.576
Ágio Elog	<u>239.015</u>	<u>(147)</u>	<u>238.868</u>
	<u>246.848</u>	<u>(404)</u>	<u>246.444</u>

**13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO - CONSOLIDADO**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

Ao custo

	<u>Terrenos e edificações</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>43.599</u>
Adições	23
Baixas	(52)
Depreciação	<u>(257)</u>
	<u>43.313</u>
Adições	367
Depreciações	<u>(233)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>43.447</u>

Valor justo considerando o tipo das propriedades

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Edificações	<u>69.736</u>	<u>69.736</u>

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado por peritos especializados e independentes, que adotaram a metodologia básica fundamentada pela NBR-14653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em suas partes 1: Procedimentos Gerais e 2: Imóveis Urbanos.

Foi utilizada, ainda, a Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos - versão 2005, publicada pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Departamento de São Paulo.

## Notas Explicativas

Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor dos respectivos imóveis.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo das propriedades para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

### 14. IMOBILIZADO

#### a) Controladora

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>214</u>	<u>100</u>	<u>235</u>	<u>1.653</u>	<u>455</u>	<u>2.657</u>
Adições	49	34	-	-	10	93
Depreciações	<u>(26)</u>	<u>(6)</u>	<u>(10)</u>	<u>(19)</u>	<u>(14)</u>	<u>(75)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>237</u>	<u>128</u>	<u>225</u>	<u>1.634</u>	<u>451</u>	<u>2.675</u>
Adições	35	-	-	-	1.331	1.366
Transferências	(22)	-	-	-	22	-
Depreciações	<u>(29)</u>	<u>(7)</u>	<u>(10)</u>	<u>(19)</u>	<u>(36)</u>	<u>(101)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>221</u>	<u>121</u>	<u>215</u>	<u>1.615</u>	<u>1.768</u>	<u>3.940</u>
Taxas anuais médias de depreciação	<u>20,0</u>	<u>10,4</u>	<u>10,1</u>	<u>3,4</u>	<u>11,6</u>	

#### b) Consolidado

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>53.673</u>	<u>15.623</u>	<u>6.318</u>	<u>105.124</u>	<u>5.670</u>	<u>3.184</u>	<u>29.102</u>	<u>218.694</u>
Adições	4.452	1.093	206	599	2.100	60	2.614	11.124
Baixas	(63)	(7)	(5)	-	-	-	(623)	(698)
Transferência	54	-	4	-	(330)	50	222	-
Depreciações	<u>(4.212)</u>	<u>(671)</u>	<u>(234)</u>	<u>(1.164)</u>	<u>-</u>	<u>(365)</u>	<u>(1.246)</u>	<u>(7.892)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>53.904</u>	<u>16.038</u>	<u>6.289</u>	<u>104.559</u>	<u>7.440</u>	<u>2.929</u>	<u>30.069</u>	<u>221.228</u>
Adições	5.464	1.392	336	-	4.845	224	5.399	17.660
Baixas	(46)	(9)	-	-	-	-	-	(55)
Transferência	(22)	-	-	-	(1.316)	683	655	-
Depreciações	<u>(4.491)</u>	<u>(677)</u>	<u>(236)</u>	<u>(1.163)</u>	<u>-</u>	<u>(318)</u>	<u>(1.243)</u>	<u>(8.128)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>54.809</u>	<u>16.744</u>	<u>6.389</u>	<u>103.396</u>	<u>10.969</u>	<u>3.518</u>	<u>34.880</u>	<u>230.705</u>
Taxas anuais médias de depreciação	<u>20,0</u>	<u>10,4</u>	<u>10,1</u>	<u>3,4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17,7</u>	

## Notas Explicativas

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Em adição, o ativo imobilizado da Companhia contempla o saldo do ativo imobilizado das empresas controladas indiretas Armazéns Gerais Columbia S.A. e EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., ambas adquiridas em 28 de dezembro de 2010, cujos montantes foram avaliados por seus valores justos na data de aquisição do negócio, de forma provisória. Após a obtenção de todas as informações necessárias para a adequada apuração dos valores justos, cujo prazo não excederá 12 meses a partir da data de aquisição, os valores provisórios poderão ser ajustados retrospectivamente.

### 15. INTANGÍVEL

#### a) Controladora

	<u>Software de terceiros</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>86</u>	<u>2</u>	<u>88</u>
Adições	30	-	30
Amortizações	<u>(8)</u>	<u>(2)</u>	<u>(10)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>108</u>
Adições	9	-	9
Amortizações	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>108</u>
Taxas anuais de amortização	5,0	-	-

**Notas Explicativas**

## b) Consolidado

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Ágio Ecosul</u>	<u>Software</u>	<u>Em andamento</u>	<u>Ágio - Columbia</u>	<u>Ágio Ecopátio Cubatão</u>	<u>Ágio Elog</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.398.191</u>	<u>7.833</u>	<u>22.209</u>	<u>6.348</u>	<u>61.634</u>	<u>3.769</u>	<u>239.015</u>	<u>147</u>	<u>2.739.146</u>
Adições	24.869	-	1.356	1.410	-	-	-	-	27.635
Baixas	(584)	-	-	-	-	-	-	-	(584)
Amortização	<u>(30.931)</u>	<u>(127)</u>	<u>(1.749)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(74)</u>	<u>(33)</u>	<u>(32.914)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>2.391.545</u>	<u>7.706</u>	<u>21.816</u>	<u>7.758</u>	<u>61.634</u>	<u>3.769</u>	<u>238.941</u>	<u>114</u>	<u>2.733.283</u>
Adições	48.009	-	2.743	9.159	-	-	-	-	59.911
Transferências	77	-	-	(77)	-	-	-	-	-
Amortização	<u>(31.273)</u>	<u>(130)</u>	<u>(2.005)</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>(74)</u>	<u>(27)</u>	<u>(33.509)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>2.408.358</u>	<u>7.576</u>	<u>22.554</u>	<u>16.840</u>	<u>61.634</u>	<u>3.769</u>	<u>238.867</u>	<u>87</u>	<u>2.759.685</u>
Taxas anuais de amortização	(*)	-	5,0	-	-	-	-	-	-

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão são reconhecidos ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Revisão de perda por redução ao valor recuperável

Os ágios de vida útil indefinida (Ecopátio Cubatão, Elog e Columbia) não são amortizados e são testados anualmente para avaliação da eventual perda por redução ao valor recuperável.

Os respectivos ágios foram alocados ao grupo de unidades geradoras de caixa que formam a atividade de logística.

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 15%.

A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

**Notas Explicativas****16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia e suas controladas reconheceram no ativo os créditos tributários referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e ao benefício fiscal do ágio incorporado e no passivo, os referentes às diferenças temporárias pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado ao menos anualmente.

Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos demais eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	12.835	9.924
Efeito da contabilização dos contratos de concessão	-	-	34.500	36.499
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	-	-	4.337	4.484
Prejuízos fiscais	-	-	1.033	4.802
Goodwill Elog	(2.727)	(2.777)	-	-
Outros	-	-	(2.572)	(401)
	<u>(2.727)</u>	<u>(2.777)</u>	<u>50.133</u>	<u>55.308</u>
Ativo diferido	-	-	70.314	72.937
Passivo diferido	<u>(2.727)</u>	<u>(2.777)</u>	<u>(20.181)</u>	<u>(17.629)</u>
	<u>(2.727)</u>	<u>(2.777)</u>	<u>50.133</u>	<u>55.308</u>

**Notas Explicativas**

## b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(71.051)	(53.932)
Imposto de renda diferido	<u>(4.074)</u>	<u>(8.297)</u>
	<u>(75.125)</u>	<u>(62.229)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(25.801)	(19.518)
Contribuição social diferida	<u>(239)</u>	<u>(211)</u>
	<u>(26.040)</u>	<u>(19.729)</u>

## c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	281.019	518.141
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(95.546)	(176.168)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Avaliação de investimento a valor justo – ágio Elog S.A.	-	78.488
Outras	<u>(5.619)</u>	<u>15.722</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(101.165)</u>	<u>(81.958)</u>

## 17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	6.451	6.948
Cofins	156	-	6.309	4.656
PIS	34	-	1.367	1.009
ISS na fonte	-	1	1.131	628
Outros impostos	<u>27</u>	<u>24</u>	<u>6.358</u>	<u>8.516</u>
	<u>217</u>	<u>25</u>	<u>21.616</u>	<u>21.757</u>

**Notas Explicativas****18. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS - CONSOLIDADO**

Em 3 de janeiro de 2011 quitamos o contas a pagar remanescente de 31 de dezembro de 2010 de R\$88.025 referente às contas a pagar assumido pela controlada direta Elog S.A. proveniente da aquisição das empresas Armazéns Gerais Columbia S.A. e EADI Sul Terminal de Cargas Ltda.

**19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Credor	Vencimento final	Taxa média ponderada de juros	30/06/2011	31/12/2010
Em moeda nacional:				
BNDES	13/04/17	TJLP + 2,38% a.a.	99.700	42.410
Capital de giro	07/04/11	107,50% do CDI	-	20.338
Capital de giro	24/05/12	107,70% do CDI	5.621	11.692
Capital de giro	23/11/11	110,20% do CDI	37.582	35.434
Capital de giro	28/10/14	CDI + 2,032% a.a.	37.018	35.110
Equipamentos	26/03/12	CDI + 2,6% aa	-	421
Cédula de crédito imobiliário	08/02/20	IPCA + 7,20% a.a.	33.940	34.505
Equipamentos	15/10/15	14,53% a.a.	2.313	4.131
Notas promissórias	12/04/11	CDI + 1,20% a.a.	-	<u>373.337</u>
			216.174	557.378
Em moeda estrangeira:				
Equipamentos	20/01/14	9% a.a. + VC	631	764
Equipamentos	25/09/13	9% a.a. + VC	656	780
Capital de giro	04/12/15	Libor + 4,20% a.a.	-	11.917
Equipamentos	10/04/15	VC + 7,25% a.a.	1.061	-
Equipamentos	15/03/14	VC + 9,25% a.a.	<u>970</u>	<u>2.907</u>
			3.318	16.368
			<u>219.492</u>	<u>573.746</u>
Circulante			<u>59.426</u>	<u>450.241</u>
Não circulante			<u>160.066</u>	<u>123.505</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2011</u>
2012	9.770
2013	19.073
2014	56.001
2015	18.921
2016	15.371
Posteriores a 2016	<u>40.930</u>
	<u>160.066</u>

## Notas Explicativas

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de dezembro de 2010, a controlada indireta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano.

As notas promissórias foram liquidadas em 18 de março de 2011.

- Em 8 de março de 2010, a Ecopátio Bracor Imigrantes emitiu 90 Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, com valor nominal de R\$1.000, perfazendo na data de emissão R\$90.000 (R\$89.210, líquidos com os custos de emissão), com prazo de 119 meses. A Ecopátio Bracor Imigrantes emitiu 2 cédulas de crédito imobiliário fracionárias, sob a forma escritural de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, representando a totalidade dos direitos creditórios. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).
- Em março de 2007, a controlada Ecopátio Logística Cubatão Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$73.308 para financiamento de melhoria e ampliação das instalações de apoio. Foram liberadas três parcelas, totalizando R\$63.507, e a amortização, em 96 parcelas, foi iniciada em maio de 2009. Para a operação de empréstimo, foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela Companhia. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros (“covenants”), que correspondem à relação do patrimônio líquido com o passivo total, após a fase de implantação do projeto, sendo o índice exigido a partir de 2010 até o encerramento do contrato de 0,30. Tal índice deverá ser apurado anualmente com base nas informações trimestrais da Ecopátio, tendo como avalista a Companhia. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2011.
- Em fevereiro de 2011, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade, no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito no valor de R\$50.000, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a junho de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada indireta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, incluindo sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

## Notas Explicativas

- O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Ecosul, a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela EcoRodovias Concessões.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBTIDA deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBTIDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2011.

### 20. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	2.263	1.257
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>1.313</u>	<u>1.549</u>
	3.576	2.806
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>99</u>	<u>87</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>3.675</u>	<u>2.893</u>
Circulante	<u>2.362</u>	<u>1.344</u>
Não circulante	<u>1.313</u>	<u>1.549</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado” e apresenta R\$2.195 e R\$2.022 em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

## Notas Explicativas

### 21. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	1.425.504	1.175.944
Remuneração (juros)	39.408	30.275
Custos com emissão de debêntures	<u>(22.083)</u>	<u>(11.538)</u>
	<u>1.442.829</u>	<u>1.194.681</u>
Circulante	<u>319.494</u>	<u>316.995</u>
Não circulante	<u>1.123.335</u>	<u>877.686</u>

- A controlada direta Elog S.A. concluiu, em 20 de dezembro de 2010, a emissão de R\$170.000 (R\$136.000 referentes à participação de 80% da Elog S.A.) em debêntures em série única de 170 debêntures com vencimento em 11 parcelas semestrais, com a primeira a vencer em 20 de dezembro de 2012 e vencimento final em 20 de dezembro de 2017.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco AA- da Fitch.

- A controlada EcoRodovias Concessões concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

No período de 2011, a Companhia ainda não efetuou nenhum pagamento de juros ou valor principal.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

## Notas Explicativas

- A controlada indireta Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No período findo em 30 de junho de 2011, a Companhia efetuou pagamento de R\$80.923, sendo R\$21.642 referentes a juros da primeira e segunda séries das debêntures, R\$48.375 referentes ao valor principal da primeira e segunda séries das debêntures, e R\$10.906 referente à variação da segunda série das debêntures.

Essa operação teve classificação de risco brAA- da Standard & Poors.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira séries no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada ao ICPA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

## Notas Explicativas

As principais características das debêntures emitidas são:

<u>Descrição</u>	<u>EcoRodovias Concessões e Serviços</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Elog S.A.</u>	<u>Ecopistas</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	170 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$1.000,00	R\$10,00	R\$1.000.000,00	R\$1.000.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,12 3ª série - R\$1,17	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$8,10 3ª série - R\$10,80	Não atualizável	1ª série – R\$1.039,46 2ª série – R\$1.039,46 3ª série – R\$1.039,46 4ª série – R\$1.039,46
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – Atualização Monetária anula pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	CDI + 2,20% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – Juros Remuneratórios a serem definidos em processo de bookbuilding, com taxa teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/06/11 a 20/12/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/12/12 a 20/12/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)

**Notas Explicativas**

<u>Descrição</u>	<u>EcoRodovias Concessões e Serviços</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Elog S.A.</u>	<u>Ecopistas</u>
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da 1ª parcela a quantia equivalente a 3 vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida); b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação)
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	SWL Corretora Ltda.	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Itaú BBA	Planner Trustee DTVM Ltda

**Notas Explicativas**

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2011			31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	183.260	(2.332)	180.928	316.267	(2.814)	313.453
2013	329.456	(3.532)	325.924	285.862	(2.569)	283.293
2014	203.557	(2.211)	201.346	159.962	(1.389)	158.573
2015	112.367	(1.563)	110.804	74.123	(690)	73.433
2016	60.956	(1.353)	59.603	24.727	(260)	24.467
2017	<u>251.157</u>	<u>(6.427)</u>	<u>244.730</u>	<u>24.727</u>	<u>(260)</u>	<u>24.467</u>
	<u>1.140.753</u>	<u>(17.418)</u>	<u>1.123.335</u>	<u>885.668</u>	<u>(7.982)</u>	<u>877.686</u>

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com EBITDA e índices financeiros maiores que 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada direta EcoRodovias Concessões requer a manutenção de índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e a despesa financeira líquida, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada direta Elog S.A. requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e EBITDA devem ser inferiores a 2,5 pontos; o EBITDA superior a R\$130.000 e o índice de cobertura de serviços de dívida superior a 1,2 pontos. Os índices serão apurados semestralmente, com base no balanço consolidado da emissora por um período de quatro semestres consecutivos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2011.

O contrato da controlada Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,00, obtido pela razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,20. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

**Notas Explicativas**

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Elog S.A. (*)	Série única	20/12/10	136.000	(1.685)	134.315	CDI + 2,2%	14,60%
EcoRodovias	Debêntures -						
Concessões e	1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5%	CDI + 2%
Serviços	Debêntures -						
	2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,39% + IPCA
	Debêntures -						
	3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,37% + IPCA
Ecovias	Debêntures -						
	1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures -						
	2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures -						
	3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	Debêntures -						
	1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
	Debêntures -						
	2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
	Debêntures -						
	3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
	Debêntures -						
Ecopistas	4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
			<u>1.556.000</u>	<u>(31.492)</u>	<u>1.524.508</u>		

(\*) O valor total da captação das debêntures da controlada direta Elog S.A. foi de R\$170.000 (R\$136.000 são correspondem a 80% da participação da EcoRodovias).

**Notas Explicativas****22. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>Circulante</u> <u>30/06/2011</u>	<u>Circulante</u> <u>31/12/2010</u>	<u>Circulante</u> <u>30/06/2011</u>	<u>Não circulante</u> <u>31/12/2010</u>
<b>Ativo</b>				
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	33	33	-	-
Consórcio Serra do Mar	-	-	-	260
	<u>33</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>260</u>
	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Passivo</b>				
Consórcio Planalto (a)	-	-	-	7
CR Almeida S.A. Engenharia e Obras (d)	-	-	-	87
TB Transportadora Betumes Ltda.	-	-	31	35
SBS Engenharia e Serviços Ltda.	-	-	2.723	-
Consórcio Serra do Mar	3	-	1.602	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A	188	-	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	-	-	555	271
	<u>191</u>	<u>-</u>	<u>4.911</u>	<u>400</u>
<b>Resultado</b>				
SBS Engenharia e Serviços Ltda	(48)	(106)	(48)	(106)
TB Transportadora Betumes Ltda.	(1)	(11)	-	(11)
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	-	(344)	-	(344)
Armazéns Gerais Columbia S.A. (g)	-	-	(950)	-
Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (e)	189	384	-	-
	<u>140</u>	<u>(77)</u>	<u>(998)</u>	<u>(461)</u>

As operações com empresas relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) O Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.625, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$38.888 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$18.181 a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

## Notas Explicativas

- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957, incluindo aditivo contratual. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$70.456 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e a C.R. Almeida é de R\$7.517. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R\$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul, o valor mensal do aluguel é de R\$33.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços fornecimento e transporte de material asfáltico a Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Industria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda é de R\$7.353, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$7.101 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A Armazéns Gerais Columbia S.A., controlada direta da Elog., presta serviços à Ecopátio Logística Cubatão Ltda., presta serviços de transporte rodoviário de contêineres vazios ou cheios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$1.560, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$618 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período findo em 30 de junho de 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembléia Geral Ordinária - AGO foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 31 de dezembro de 2011 em R\$11.030 (R\$9.192 para o exercício de 2010).

**Notas Explicativas**

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	2.712	4.960
Benefícios diretos e indiretos	<u>4.397</u>	<u>5.516</u>
	<u>7.109</u>	<u>10.476</u>

**23. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

Os valores registrados como provisão para manutenção referem-se à manutenção da infraestrutura rodoviária, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia, e as intervenções ocorrem em um período médio de cinco anos.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	209.796	162.422
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(49.415)</u>	<u>(17.568)</u>
	<u>160.381</u>	<u>144.854</u>
Circulante	<u>32.597</u>	<u>24.337</u>
Não circulante	<u>127.784</u>	<u>120.517</u>

**24. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

Os valores provisionados para construção de obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para construção de obras futuras	21.179	21.179
Ajuste a valor presente	<u>(3.266)</u>	<u>(4.150)</u>
	<u>17.913</u>	<u>17.029</u>
Circulante	<u>13.412</u>	<u>10.143</u>
Não circulante	<u>4.501</u>	<u>6.886</u>

**Notas Explicativas**

## 25. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas fixas	71.373	72.050
Parcelas variáveis	<u>1.105</u>	<u>2.587</u>
	<u>72.478</u>	<u>74.637</u>
Circulante	<u>14.513</u>	<u>15.205</u>
Não circulante	<u>57.965</u>	<u>59.432</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M. Em 30 de junho de 2011, restam 83 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 65,42% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 30 de junho de 2011, todas as parcelas haviam sido pagas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	12.245	11.553
2013	11.182	10.842
2014	10.212	9.901
2015	9.326	9.042
Posteriores a 2016	<u>15.000</u>	<u>18.094</u>
	<u>57.965</u>	<u>59.432</u>

**Notas Explicativas****26. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>
Salários e outras obrigações a pagar	2.013	3.351	7.563	16.739
INSS a recolher	261	173	3.786	1.958
FGTS a recolher	43	60	455	567
IRRF a recolher	145	259	802	988
Provisão de férias	833	741	10.107	6.113
Provisão de 13º salário	237	-	3.532	-
Contribuição sindical a recolher	3	-	96	25
Encargos sobre provisões de 13º salário	82	-	1.157	-
Encargos sobre provisões	<u>275</u>	<u>265</u>	<u>4.257</u>	<u>2.273</u>
	<u>3.892</u>	<u>4.849</u>	<u>31.755</u>	<u>28.663</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

**27. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO**

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso de caixa foram avaliados como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

O saldo da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis está demonstrado a seguir:

<u>Processos</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis (a)	38.767	31.268
Tributários (b)	1.263	863
Trabalhistas (c)	<u>10.387</u>	<u>15.548</u>
Não circulante	<u>50.417</u>	<u>47.679</u>

Movimentação entre os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 a 30 de junho de 2011.

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/06/2011</u>
Cível (a)	31.268	6.378	(1.071)	2.192	38.767
Tributária (b)	863	723	(338)	15	1.263
Trabalhista (c)	<u>15.548</u>	<u>1.142</u>	<u>(7.215)</u>	<u>912</u>	<u>10.387</u>
	<u>47.679</u>	<u>8.243</u>	<u>(8.624)</u>	<u>3.119</u>	<u>50.417</u>

## Notas Explicativas

### (a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam R\$18.922 em 30 de junho de 2011 (R\$10.990 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Na operação de logística encontram-se principalmente processos envolvendo pleitos de indenização por avarias ou perdas, oriundos de sinistros ocorridos na operação de logística. A Companhia constitui provisão para os processos avaliados como perda provável no total de R\$790 (R\$790 em 31 de dezembro de 2010).

### (b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2011, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$12.461 (R\$12.465 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão, os principais processos tributários são conforme segue:

- a) Processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, e o auto foi julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para R\$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e são possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.
- b) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

Para a operação de logística, existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$446, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão, sendo o principal processo tributários o que segue:

- c) Processo administrativo decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil imputando alíquotas de 50% de Imposto de Importação e de 50% de IPI sobre base de cálculo arbitrada, alegando descrição genérica de produtos, além de extravio ou consumo de mercadorias importadas por terceiros, totalmente desvinculados e distintos da Companhia, mera prestadora de serviços de armazenagem e sem relação alguma com a operação de importação desses terceiros. O valor está previsto em R\$15.357. O processo encontra-se em análise no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas.

## Notas Explicativas

### (c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$14.685, dos quais R\$5.033 (80% referentes à participação da Companhia) se referem à operação de logística (R\$18.833 em 31 de dezembro de 2010), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A controlada indireta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da controlada). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra a reclamada, e o valor da condenação atualizado em 30 de junho de 2011 é de R\$5.192(R\$5.192 em 31 de dezembro de 2010). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a Companhia, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

## 28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

### b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

### c) Oferta pública de ações

Em 6 de abril de 2010, o capital social foi integralizado em R\$874.000, mediante a oferta pública de 92.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, no valor unitário de R\$9,50. Como consequência, o capital social da Companhia passou de R\$466.699 para R\$1.320.549, mediante a emissão de 92.000 ações ordinárias.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2010</u>
Ações primárias	92.000
Preço de emissão - R\$	<u>9,50</u>
Aumento de capital	<u>874.000</u>
Ações secundárias	33.220
Lote suplementar - secundária	18.783

## Notas Explicativas

De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BMF&BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que 25% de ações de sua emissão estejam em circulação no mercado.

Em 30 de abril de 2010, o Coordenador Líder exerceu a opção exclusiva que lhe foi outorgada pela Companhia e por seu acionista Primav Construções e Comércio S.A., para a distribuição de um lote suplementar de ações (“ações do lote suplementar”), tendo sido colocadas 18.783.000 ações de titularidade unicamente da Primav Construções e Comércio S.A. (ações secundárias), nas mesmas condições e preço da oferta inicial das ações. Esse lote suplementar foi destinado exclusivamente a atender ao excesso de demanda. A oferta totalizou R\$1.368.028.

### d) Custos de captação

São os gastos relativos à oferta pública de ações. Esses gastos incorridos totalizaram R\$20.150, líquidos dos efeitos fiscais.

### e) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

### f) Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros em 2010 foi constituída em conformidade com o art. 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previsto em orçamento de capital que será submetido às Assembleia Geral Ordinária, e também para proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Em 26 de abril de 2011, a Companhia destinou R\$142.158 da reserva de retenção de lucros para dividendos a pagar.

### g) Dividendos propostos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do período, após constituição da reserva legal prevista em lei e da reserva estatutária.

### h) Plano de opções de compra de ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE com data de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção de compra de ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

## Notas Explicativas

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 685.764 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data da primeira outorga</u>	<u>31/08/2010</u>
Quantidade de opções de ações	685.764
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95
Índice de reajuste	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No período findo em 30 de junho de 2011, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$485.

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opções entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>Quantidade de opções</u>
Em aberto no início do período - 31 de agosto de 2010	685.764

Não houve ações canceladas no período findo em 30 de junho de 2011.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

## Notas Explicativas

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Quantidade de opções</u>	<u>Preço de período atualizado</u>	<u>Valor justo da opção na data de emissão</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2011	171.441	R\$10,22	2,16	11 meses
2012	171.441	R\$10,22	2,82	23 meses
2013	171.441	R\$10,22	3,38	35 meses
2014	<u>171.441</u>	R\$10,22	3,88	47 meses
	<u>685.764</u>			

As condições para período das opções estão demonstradas a seguir:

<u>Condições</u>	<u>Prazo</u>
25% das opções (do total de 685.764 ações)	Após 12 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 685.764 ações)	Após 24 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 685.764 ações)	Após 36 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 685.764 ações)	Após 48 meses de prestação de serviço

O valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano aprovado em 31 de agosto de 2010 foi reconhecido como despesa no período de 2010 (períodos em que o direito foi adquirido). A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reserva de capital - outorga de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido para o período findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$485.

### i) Reserva de capital

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações. A recompra das ações da Companhia se dará na medida dos recursos disponíveis, sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de ações para opção de ações da Companhia, observadas: (i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o Artigo 30, parágrafo 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980, conforme alterada (“Instrução CVM 10”); (ii) o Artigo 14, inciso XIV do Estatuto Social da Companhia; e (iii) os termos e condições abaixo:

Prazo: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar de 31.08.2010.

Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 (cento e quarenta e quatro milhões e três mil ações) ordinárias em circulação no mercado

Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias.

A Companhia mantém em tesouraria 120.000 (cento e vinte mil) ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de junho 2011 no valor de R\$ 1.614 mil.

## Notas Explicativas

### j) Reserva de capital

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de remuneração de ações a empregados no valor de R\$30.292, transferido para a rubrica “Reserva de capital”, conforme determinado em Estatuto Social.

## 29. IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS - ISS

### ECOVIAS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou no período findo em 31 de março de 2010, o valor de R\$7.955 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 30 de junho de 2011, o valor total compensado foi de R\$220.423 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

## 30. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	329.494	312.828
Pedágio por equipamento eletrônico	268.967	207.861
Vale-pedágio e pedágio em cupons	68.444	63.985
Outras	<u>1.688</u>	<u>1.490</u>
	668.593	586.164
Receitas com construção	86.770	104.641
Receita de logística e de prestação de serviços (a)	157.114	35.477
Receitas acessórias (b)	<u>25.024</u>	<u>24.035</u>
	268.908	164.153
Receita bruta	<u>937.501</u>	<u>750.317</u>
Deduções de receita	<u>(73.823)</u>	<u>(45.217)</u>
Receita líquida	<u>863.678</u>	<u>705.100</u>

(a) Refere-se à receita das empresas de logística relativas ao pátio de estacionamento de caminhões, depósito e reparos de contêineres e de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex e às receitas de prestação de serviços da controlada Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP relativas a taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico.

**Notas Explicativas**

- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

**31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Pessoal	10.439	11.112
Conservação e manutenção	170	211
Serviços de terceiros	5.173	5.448
Seguros	56	84
Depreciação e amortização	452	167
Locações	967	627
Outros	<u>1.188</u>	<u>1.184</u>
	<u>18.445</u>	<u>18.833</u>
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	<u>18.445</u>	<u>18.833</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Pessoal	104.359	67.407
Conservação e manutenção	30.968	31.549
Serviços de terceiros (*)	63.441	34.547
Seguros	6.142	6.207
Depreciação e amortização	82.933	66.549
Poder Concedente	22.988	14.891
Locações	21.676	5.784
Provisão para manutenção	38.335	20.260
Custo de construção de obras	86.770	104.641
Outros	<u>33.854</u>	<u>22.655</u>
	<u>491.466</u>	<u>374.490</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	410.953	314.122
Despesas gerais e administrativas	<u>80.513</u>	<u>60.368</u>
	<u>491.466</u>	<u>374.490</u>

- (\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

**Notas Explicativas**

## 32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	17.691	17.046	54.813	31.306
Variação monetária sobre financiamentos	-	-	3.443	650
Outras	<u>934</u>	<u>579</u>	<u>2.360</u>	<u>2.154</u>
	<u>18.625</u>	<u>17.625</u>	<u>60.616</u>	<u>34.110</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(78.785)	(53.924)
Juros sobre financiamentos	-	-	(19.084)	(30.864)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(31.450)	(24.353)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(5.625)	(20.709)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(2.237)	(1.904)
Ajuste a valor presente ICPC01	-	-	(8.152)	(9.267)
Despesas bancárias	(16)	(215)	(1.149)	(4.098)
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	(1.096)	-
Outras	<u>(1.203)</u>	<u>(1.220)</u>	<u>(4.062)</u>	<u>(6.785)</u>
	<u>(1.219)</u>	<u>(1.435)</u>	<u>(151.640)</u>	<u>(151.904)</u>
Resultado financeiro	<u>17.406</u>	<u>16.190</u>	<u>(91.024)</u>	<u>(117.794)</u>

**Notas Explicativas****33. LUCRO POR AÇÃO**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro básico por ação das operações	<u>0,32</u>	<u>0,82</u>	<u>0,32</u>	<u>0,82</u>
Lucro diluído por ação das operações	<u>0,32</u>	<u>0,82</u>	<u>0,32</u>	<u>0,82</u>

**c) Lucro básico por ação**

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>177.496</u>	<u>434.319</u>	<u>177.496</u>	<u>434.319</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>559.385</u>	<u>528.032</u>	<u>559.385</u>	<u>528.032</u>

**d) Diluído**

O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	<u>177.496</u>	<u>434.319</u>	<u>177.496</u>	<u>434.319</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	<u>558.699</u>	<u>528.032</u>	<u>558.699</u>	<u>528.032</u>
Opções de empregados	<u>686</u>	<u>-</u>	<u>686</u>	<u>-</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>559.385</u>	<u>528.032</u>	<u>559.385</u>	<u>528.032</u>

## Notas Explicativas

### 34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 30 de junho de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$4.251 (R\$3.969 em 30 de junho de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

### 35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco da taxa de câmbio e da taxa de juros), de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,1 a 101,5% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 19 e nº 20.

## Notas Explicativas

### a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia aplica a alteração à IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (como derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções aos ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (nível 3).

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2011 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Nível 2</u> <u>Contábil</u>	<u>Nível 2</u> <u>Mercado</u>
<b>Ativos:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	18.097	18.097
Clientes	Empréstimos e recebíveis	148.161	148.161
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Disponível para venda	681.517	681.517
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	104.043	104.043
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	219.492	213.698
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	3.675	3.693
Debêntures	Custo amortizado	1.442.829	1.450.043
Credor pela concessão	Custo amortizado	72.478	92.727

### a) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão, com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2011, a Ecopátio Logística Cubatão possui os seguintes contratos em moeda estrangeira:

<u>Credor</u>	<u>30/06/2011</u>	
	<u>R\$</u>	<u>Moeda</u>
Nordea Bank Finland PLC	631	US\$
Nordea Bank Finland PLC	646	€
Citibank	2.031	US\$

## Notas Explicativas

### b) Risco da taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### c) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

### d) Riscos de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de as empresas da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

### e) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada na área de tesouraria. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda).

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a área de tesouraria, a qual investe o excesso de caixa em CDB, LFT e operações de debêntures (compromissadas), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária, conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. Em 30 de junho de 2011, a Companhia mantinha aplicações de curto prazo de R\$872.654 (R\$370.287 em 31 de dezembro de 2010).

### f) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

## Notas Explicativas

### g) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2011, a controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda. possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos operacionais para utilização em suas operações. A operação de “swap” contratada em 30 de junho de 2011 consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano.

### Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	74.064	89.305	104.331
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	150.690	168.536	186.354
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	363.775	406.265	448.774
Juros sobre debêntures - série única	Alta do CDI	96.567	116.271	135.719
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	15.115	18.255	21.503
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	11.650	14.563	17.475
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	123	124	125
Empréstimos e financiamentos	Alta do EUR	496	483	485

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram às seguintes:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	12,15%	15,19%	18,23%
IGP-M (b)	8,48%	10,60%	12,72%
TJLP (c)	6,00%	7,50%	9,00%
US\$ (d)	1,56	1,95	2,34

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de junho de 2011.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M em 30 de junho de 2011.

(c) Refere-se à TJLP em 30 de junho de 2011.

(d) Refere-se à taxa do dólar norte-americano em 30 de junho de 2011.

## Notas Explicativas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 30 de junho de 2011, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### 36. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No período findo em 30 de junho de 2011, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$607 (R\$535 em 30 de junho de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 37. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2011 a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	R\$574 milhões
Empilhadeiras	R\$2 milhões
All Risk - Resp Civil	R\$1.335 milhões
All Risk - Patrimoniais	R\$5.776 milhões
Seguro-sede	R\$5 milhões
All Risk - Perda Receita	R\$1.260 milhões
Veículos	Tabela FIPE
All Risk - Risco Engenharia	R\$70 milhões

## Notas Explicativas

### 38. CONTRATOS DE CONCESSÃO

#### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R\$60 mensais do início até o 11º ano e de R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
  - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
  - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
  - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
  - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

## Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	8.380	18.787
Custos de construção	<u>(8.380)</u>	<u>(18.787)</u>
	=	=

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

## Notas Explicativas

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	25.504	13.134
Custos de construção	<u>(25.504)</u>	<u>(13.134)</u>
	=====	=====

Em 30 de junho de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias estão estimados em R\$468.590 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

### Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

## Notas Explicativas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2011, a parcela reajustada é de R\$216 (R\$205 em 31 de dezembro de 2010).
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
  - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
  - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
  - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	2.239	272
Custos de construção	<u>(2.239)</u>	<u>(272)</u>
	=====	=====

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

## Notas Explicativas

### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

## Notas Explicativas

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	34.860	64.016
Custos de construção	<u>(34.860)</u>	<u>(64.016)</u>
	=====	=====

Em 30 de junho de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$355.699 (R\$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	15.785	8.432
Custos de construção	<u>(15.785)</u>	<u>(8.432)</u>
	<u>-----</u>	<u>-----</u>

Em 30 de junho de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$87.479 (R\$103.569 em 31 de dezembro de 2010).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

## Notas Explicativas

### 39. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA E ECOCATARATAS

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou recursos em instância superior, ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma delas, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, isto é, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

## Notas Explicativas

### 40. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

#### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

### 41. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decidion-maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

O segmento de logística não atende aos parâmetros quantitativos para sua divulgação, nem é relevante para os usuários.

### 42. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de agosto de 2011.

---

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A seguir informações sobre a quantidade das ações ordinárias detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações, incluindo conselheiros e outros acionistas.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES							
Companhia: Ecorodovias InfraEstrutura e Logística S.A						Posição em 30/06/2011	
						(Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Primav Construções e Serviços S.A.	251.351.396	45,0%	-	-	251.351.396	45,0%	
Impregilo International Infrastructures. N.V *	163.344.672	29,2%	-	-	163.344.672	29,2%	
Free Float	143.936.471	25,8%	-	-	143.936.471	25,8%	
Outros Acionistas	66.541	0,0%	-	-	66.541	0,0%	
Total	558.699.080	100,0%	-	-	558.699.080	100,0%	

\* Companhia sediada no exterior item facultativo de abertura até o nível de pessoa física.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES							
Companhia: Primav Construções e Serviços S.A.						Posição em 30/06/2011	
						(Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções	1.200.178.639	99,0	-	-	1.200.178.639	99,0	
Outros	492	1,0	-	-	492	1,00	
Total	1.200.179.131	100,00	-	-	1.200.179.131	100,00	

### CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES							
Companhia: CR Almeida S.A - Engenharia e Construções						Posição em 30/06/2011	
						(Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Ações de Fruição		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Participare Administração e Participações Ltda.	24.500.006	70	-	-	24.500.006	70	
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A.	10.499.994	30	-	-	10.499.994	30	
Belmiro Valverde Jobim Castor	-	-	-	-	-	-	
Francisco Henrique P. Fernandes	-	-	-	-	-	-	

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Marco Antonio Cassou	-	-	-	-	-	-
Cecílio do Rego Almeida	-	-	-	-	-	-
Cesar Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	-	-	-	-
Guilherme Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Ricardo Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Roberto Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	-	-	-	-	-	-
Total	35.000.000	100	-	100	35.000.000	100

**Participare Administração e Participações Ltda.**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Participare Administração e Participações Ltda					Posição em 30/06/2011 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Denise Beltrão de Almeida Cassou	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Espólio Roberto Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Cesar Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Marcelo Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Guilherme Beltrão de Almeida	508.756.528	8,92	-	-	508.756.528	8,92
Ricardo Beltrão de Almeida	508.756.528	8,92	-	-	508.756.528	8,92
Fribourg Investments Corp.	4.513.617	0,08	-	-	4.513.617	0,08
Total	5.697.941.921	100	-	-	5.597.941.921	100

**Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A					Posição em 30/06/2011 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	92.312.558	4	-	-	92.312.558	4
Guilherme Beltrão de Almeida	738.500.539	32	-	-	738.500.539	32
Denise Beltrão de Almeida Cassou	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Espólio Roberto Beltrão de Almeida	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Cesar Beltrão de Almeida	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Marcelo Beltrão de Almeida	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Ricardo Beltrão de Almeida	738.500.539	32	-	-	738.500.539	32
Total	2.307.814.400	100	-	-	2.307.814.400	100

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A seguir informações consolidadas sobre a participação direta e indireta dos grupos de Acionista Controlador, Membros do Conselho de Administração e Diretores posição 30 de junho de 2011.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Acionista	Posição em 30/06/2011					
	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade de Preferências/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	414.696.068	74,23	-	-	414.696.068	74,23
Administradores						
Conselho de Administração	11	0,00	-	-	11	0,00
Diretoria	66.309	0,01	-	-	66.309	0,01
Conselho Fiscal <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	0,00
Outros Acionistas	143.936.692	25,76	-	-	143.936.692	25,76
Total	558.699.080	100,00	-	-	558.699.080	100,00
Ações em Circulação	143.936.692	25,76	-	-	143.936.692	25,76

(1) O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembléia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei.

A seguir informações sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem:

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da  
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.  
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o semestre e trimestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA.

Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ismar de Moura  
Auditores Independentes                      Contador  
CRC nº 2 SP 011609/O-8                      CRC nº 1 SP 179631/O-2